

Maio

Maio a setembro – Jornadas de Atualização em Sexualidade Humana. Realizadas pela Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana. Em Jaú, no dia 5 de maio; em São Bernardo do Campo, 2 de junho. Em Santos, 18 de agosto, e em Campinas nos dias 31 de agosto e 1 de setembro. Informações e inscrições: Lúmina Eventos, (11) 3856-0237/3951-2813, contato@luminaeventos.com.br e www.luminaeventos.com.br

Junho

[2] Avaliação Psicológica para o Registro e o Porte de Arma: Questões Legais e Éticas. No auditório do CRP, das 9h às 13h. Inscrições no site www.crsp.org.br. Informações no telefone 3061-9494 ramais 317 e 129. As vagas são limitadas.

[15 e 16] Seminário “Orientação intercultural: novas reflexões e campos de intervenção”. Local - Instituto de Psicologia da USP - Bloco B - Sala 20 - av. Prof. Mello Moraes, 1721 - São Paulo SP. Inscrições até 13/06 - 100 vagas. Estudante: 30,00. Profissional: 60,00. Maiores informações: (11) 3091.4184 com Nalva Gil ou e-mail: nalvagil@usp.br. Promoção: Programa PRO-DOC CAPES - Departamento de Psicologia Social e do Trabalho Instituto de Psicologia - USP.

[13] Novos modelos de remuneração dos serviços médicos. Faz parte dos Debates GVsaúde: Mudanças nas Organizações de Saúde. Este módulo vai debater a remuneração dos profissionais. Ele vai acontecer das 19h às 21h30, no salão Nobre da FGV, 4º andar (Avenida 9 de Julho, 2.029, São Paulo).

[28 a 30] Seminário Mídia e Psicologia: Produção de Subjetividade e Coletividade. Promovido pelo Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região, Conselho Federal de Psicologia e Associação Brasileira de Ensino de Psicologia. No Instituto de Psicologia da UFRJ, campus Praia Vermelha. Informações nos sites www.crpj.org.br ou www.pol.org.br

Julho

[27 a 29] 12º Congresso Brasileiro Multidisciplinar e Multiprofissional em Diabetes e 12ª Exposição Brasileira de Produtos e Alimentos para Diabéticos. Das 8h às 18h, na Unip - Rua Vergueiro, 1.211, Paraíso, São Paulo, SP. Realizado pela Associação Nacional de Assistência ao Diabético. Informações pelos telefones (11) 5572-6179, (11) 5572-6559 ou no site www.anad.org.br

Agosto

[9 a 11] VII São Paulo Research Conference “Cérebro e Pensamento”. Na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Rua do Lago, 876, São Paulo. Informações pelo telefone (11) 3361-3056 ou no site www.eventus.com.br/bioconferences.

Agosto a dezembro - Curso de Expansão em Psicologia Hospitalar. Oferecido pelo Núcleo Psicanalítico de Estudos em Psicologia e Hospital do Servidor Público Estadual. As inscrições devem ser feitas de 2 de julho a 13 de agosto. O curso terá início em 22 de agosto e vai até 12 de dezembro. Informações pelo telefone 5088-8632 ou pelo e-mail nucleo-psi@uol.com.br

Setembro

[28 a 30] XX Jornada Reich no Sedes: Corpo, Clínica e Política. 50 anos de morte de W. Reich. No Instituto Sedes Sapientiae (Rua Ministro Godoy, 1.484, Perdizes, São Paulo, SP). A taxa de inscrição é de R\$ 110. Informações e inscrições pelo telefone (11) 3866-2730 ou pelo e-mail sedes@sedes.org.br.

Setembro a outubro - Curso: o desafio emocional do cotidiano hospitalar. Oferecido pelo Núcleo Psicanalítico de Estudos em Psicologia e Hospital do Servidor Público Estadual. As inscrições devem ser feitas de 13 a 31 de agosto. O curso terá início em 5 de setembro e vai até 3 de outubro. Informações pelo telefone 5088-8632 ou pelo e-mail nucleo-psi@uol.com.br

Outubro

[25 a 28] XXXVII Reunião Anual de Psicologia. Realizado pela Sociedade Brasileira de Psicologia. Na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis. Informações pelo e-mail sbp@sbponline.org.br ou pelo telefone (16) 3625-9366. Inscrições e submissão de trabalhos e resumos pelo site www.sbponline.org.br.

psi

jornal de psicologia  crp sp

número 152 • maio | junho 2007

Redução da maioridade penal penaliza jovem

Matéria aprovada no Senado é criticada por estudiosos dos direitos humanos

Editorial 02

03 Conversando com o Psicólogo Atender jovens que buscam orientações sobre sexualidade pode colocar o psicólogo em uma situação difícil.

04 Formação A inclusão de disciplinas ligadas à Psicologia em outros cursos superiores pode contribuir para a formação humana e profissional dos alunos.

06 Ciência e Profissão Transtornos alimentares exigem atuação firme e responsável do psicólogo.

07 Um Mundo Melhor é Possível Augusto Boal cria o Teatro do Oprimido nos CAPS para que o usuário de saúde mental e a sociedade rompam os estigmas.

08 Políticas Públicas Pessoas com deficiência ainda lutam pelo direito à autonomia.

10 Interior Subsedes de São José do Rio Preto e Bauru - Bauru e Rio Preto: 20 anos de luta antimanicomial.

12 Seção Aberta Redução da maioria penal é criticada por movimento dos direitos humanos.

15 Orientação Eleição do Sistema Conselhos dá maior representatividade à Psicologia.

16 Questões Éticas Novo Código de Processamento disciplinar traz mais clareza aos procedimentos disciplinares éticos.

18 Opinião Laurindo Leal fala sobre monitoramento da mídia.

19 Nuestra América Latina ULAPSI foi fundada como resistência ao pensamento colonizado.

Estante 20

21 Circuito Cultural

Mural 22

Agenda



Conselho Regional de Psicologia SP

Psí Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Chica Hatakeyama Guimarães
Vice-presidente | Maria José Medina da Rocha Berto
Secretária | Zuleika Fátima Vitoriano Olivian
Tesoureiro | Ana Paula Pereira Jardim

Conselheiros efetivos

Ana Paula Pereira Jardim, Chica Hatakeyama Guimarães, Débora Cristina Fonseca, Elcio dos Santos Sequeira, Elisa Zaneratto Rosa, Fátima Regina Riani Costa, José Roberto Heloani, Lúcia Fonseca de Toledo, Maria da Graça Marchina Gonçalves, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria Ermínia Ciliberti, Maria José Medina da Rocha Berto, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza, Zuleika Fátima Vitoriano Olivian

Conselheiros suplentes

Adriana Elko Matsumoto, Andréia de Conto Garbin, Carmem Sílvia Rotondano Taverna, Daniela Fogagnoli, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, Lumena Celi Teixeira, Maria Izabel do Nascimento Marques, Oliver Zancul Prado, Sandra Elena Sposito, Sueli Ferreira Schiavo, Valéria Castro Alves Cardoso Penachini, Vera Lúcia Fasanella Pompílio

Gerente-geral Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Coordenadora | Lumena Teixeira

Membros | Sueli Ferreira Schiavo e Oliver Zancul Prado

Edição e textos AIPY Imprensa & Design

(11) 3487 2092

Jornalista Responsável Luís H R Carrijo (MTB 17296)

Colaboração Mariana Sant'Anna

Projeto gráfico e Editoração Fonte Design (11) 3864 8974

Ilustrações Luciana Nishimura e Gabriel Borges

Impressão Gráfica Esdeva

Tiragem 55.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América

cep 05410-020 São Paulo - SP

tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br

Diretoria | direcao@crpsp.org.br

Informações | info@crpsp.org.br

Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br

Administração | admin@crpsp.org.br

Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br

Site http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322 6224, 3322 3932

Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020

Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516

Ribeirão Preto | tel. (16) 3620 1377, 3623 5658

Grande ABC | tel. (11) 4436 4000, 4427 6847

Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441

São José do Rio Preto | tel. (17) 3235 2883, 3235 5047

Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

Expediente

“Como no adulto que somos reside a criança e o adolescente que fomos, podemos dizer que o ECA diz respeito a todos nós”

Leonel Braga

“É preciso garantir a igualdade e o direito à diferença. Temos que assegurar que todos estejam na escola, mas que sejam evidenciadas as necessidades específicas daqueles com deficiência”

Rosângela Prieto

“Um dos desafios do psicólogo hospitalar no tratamento de pacientes com transtornos alimentares é envolver e compartilhar com familiares e pacientes suas histórias repletas de insegurança e angústias, visando construir uma boa relação entre a família e a equipe de tratamento”

Heloísa Chiattonne

“Pretendemos, no Teatro do Oprimido, fazer com que o usuário de saúde mental seja tratado como ser humano, e não como uma pessoa que se trata em psiquiatria única e exclusivamente”

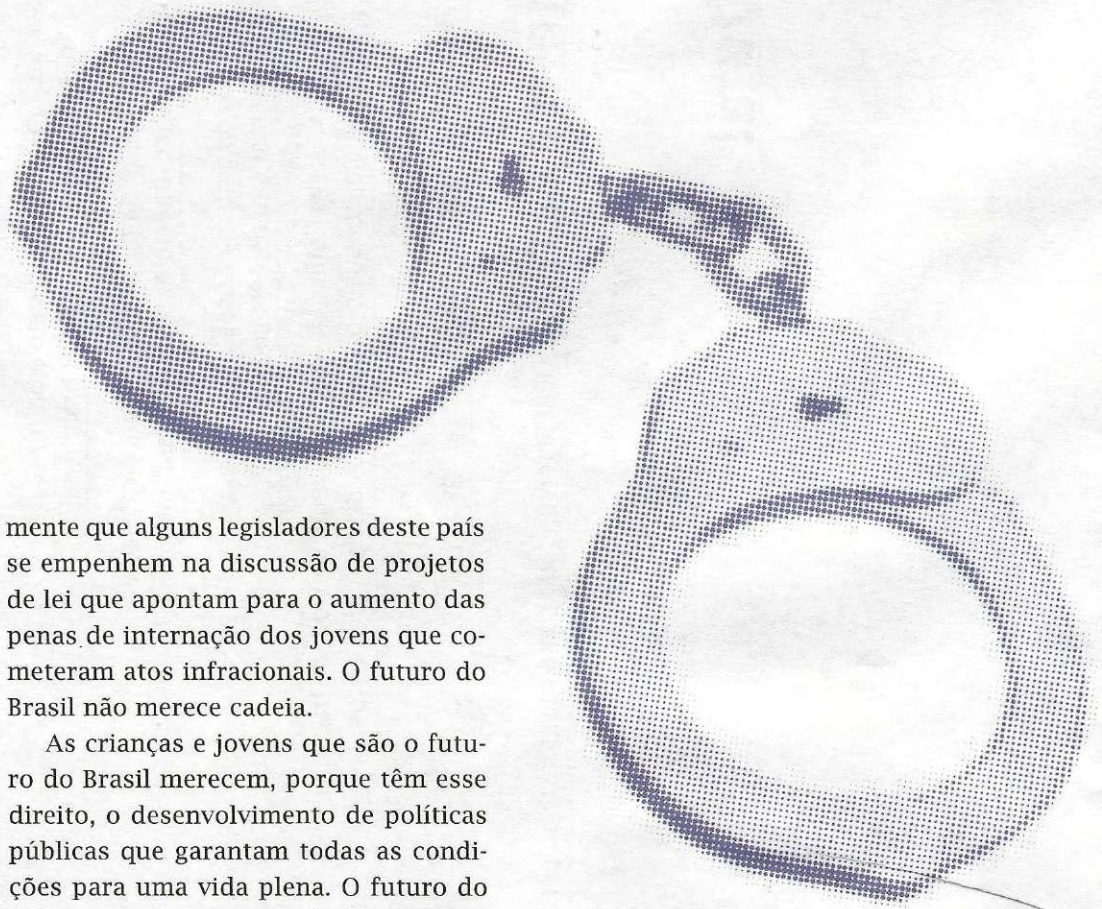
Claudia Simone

O futuro do Brasil não merece cadeia

O CRP SP tem plena convicção disto. Faz esta afirmação há muitos anos e trabalha, em várias frentes, nessa direção, defendendo a implantação integral e efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lutamos contra a violação dos direitos humanos na aplicação das medidas de privação de liberdade; definimos a atuação de psicólogos em medidas socioeducativas como um núcleo de práticas profissionais prioritário para os levantamentos do CREPOP (Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas dos Conselhos de Psicologia); criamos, por meio da Comissão de Criança e Adolescente do CRP SP, fóruns de debate entre os psicólogos que atuam nas instituições de internação.

A mesma Comissão vem desenvolvendo inúmeras ações que resultam em posicionamentos de valorização de iniciativas que concretizam a proteção integral à criança e ao adolescente como prioridade, garantindo seus direitos, preconizados na Constituição e no ECA. Temos total convicção de que são essas as medidas que poderão representar o enfrentamento das situações de vulnerabilidade a que estão expostos nossas crianças e nossos jovens. Temos total convicção de que são essas as medidas que representam a real possibilidade de contribuir para eliminar situações de violência que envolvem nossos jovens, nas quais os adolescentes são, em termos estatísticos, a minoria, a não ser quando são, tragicamente, as vítimas. Por isso, nos colocamos radicalmente contrários a qualquer medida que proponha alterações no ECA na direção de aumentar a penalização dos adolescentes envolvidos em situações de violência.

Lamentamos profundamente a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, da PEC que indica a redução da maioria penal para 16 anos de idade. Lamentamos profunda-



mente que alguns legisladores deste país se empenhem na discussão de projetos de lei que apontam para o aumento das penas de internação dos jovens que cometeram atos infracionais. O futuro do Brasil não merece cadeia.

As crianças e jovens que são o futuro do Brasil merecem, porque têm esse direito, o desenvolvimento de políticas públicas que garantam todas as condições para uma vida plena. O futuro do Brasil merece políticas públicas que cuidem do jovem envolvido com a violência no sentido de garantir que ele seja responsabilizado de forma a apontar para a continuidade da vida e não para sua interrupção. Um jovem sem projeto de vida não respeitará a sociedade. Por tudo isso, somos contra a redução da maioria penal e contra qualquer medida de responsabilização que desconsidere a peculiaridade do processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes e seu direito a educação, saúde, assistência, moradia e lazer. Posição esta que defendemos legitimamente, pois temos trabalhado continuamente em defesa desses princípios.

Muitos são os psicólogos que estão nesta luta. Cotidianamente, em seu trabalho; organizadamente, em órgãos e fóruns de controle social e junto às suas entidades, dentre elas o CRP SP. O Congresso Regional da Psicologia do VI CNP, realizado recentemente em São Paulo, é

exemplo desse envolvimento dos psicólogos com esta luta. Os profissionais desta área reconheceram o Congresso Nacional da Psicologia como espaço de articulação para uma atuação efetiva nas várias frentes de defesa do ECA.

Trata-se, entendemos bem todos nós naquela ocasião e, principalmente agora, diante das novas investidas pela redução da maioria penal, de continuar essa luta. Vamos manter e intensificar as ações do CRP SP nessa direção, contando com a participação da categoria. Para além disso, conclamamos os psicólogos e todos os que acreditam na possibilidade da construção de uma sociedade mais justa a se colocarem conosco contra a redução da maioria penal e contra o endurecimento de medidas de responsabilização. Conclamamos todos a estarem conosco na defesa do direito dos nossos adolescentes ao futuro.

Errata

Eleição

Na matéria da edição n° 151 sobre a eleição do CRP SP, há algumas imprecisões. A primeira é sobre o voto por correspondência. Os psicólogos receberão um envelope específico de retorno, e não um envelope com porte pago; O e-mail correto da comissão eleitoral também é eleicoes2007@crpsp.org.br. O telefone de contato da Comissão Eleitoral é (11) 3086-1218.

Adolescentes: como falar de sexo?

Atender jovens que buscam orientações sobre sexualidade pode colocar o psicólogo em uma situação difícil: os pais devem ou não saber?

A sexualidade está muito presente na mídia e na sociedade, e a Psicologia com mais frequência tem sido a chamada tratar o tema. Cada vez mais, os adolescentes chegam aos consultórios e centros de saúde para falar de sexo – às vezes, sozinhos, outras vezes acompanhados pelos pais. E o psicólogo muitas vezes fica dividido entre os jovens, que querem ter privacidade ao falar sobre o assunto, e os pais, que querem conhecer as situações pelas quais os filhos estão passando. “Frequentemente os pais, por pagarem a psicoterapia, exigem saber de tudo o que acontece”, comenta Edna Peters Kahhale, representante do CRP no Conselho Municipal de DST/Aids.

“Em casos assim, os psicólogos às vezes temem que a família mova um processo contra ele”, diz. Mas, segundo Edna, não existe a obrigação de relatar aos pais o que o jovem disse ao psicólogo. Ela lembra, antes de tudo, que o Estatuto da Criança e do Adolescente garante que os jovens têm direito à saúde, e isso independe da autorização ou do conhecimento da família. “O adolescente que procura um serviço médico ou psicológico deve ser atendido, mesmo que esteja sozinho”, afirma Edna.

E a decisão de dividir o tema com a família não é do psicólogo. “O que vai ser compartilhado com os pais é essencialmente uma escolha do adolescente”, afirma. Em alguns casos, segundo Edna, o psicólogo pode fazer uma boa mediação entre o adolescente e a família. “Ele ajuda na construção de uma relação de confiança”, acredita.

Edna acrescenta que é importante deixar o jovem ciente do procedimento pelo

qual está passando. “É preciso explicar a ele o que é a consulta, quais os procedimentos que acontecem. Para evitar desentendimentos com os pais, o psicólogo deve manter um protocolo de atendimento sistemático”, afirma. Para ela, seguindo esses procedimentos, o ECA está sendo totalmente cumprido.

Ela destaca que a adolescência é uma fase em que o indivíduo está amadurecendo e, portanto, aprendendo a ter responsabilidade por seus atos. “O adolescente está se tornando autônomo. E o psicólogo deve, em primeiro lugar, ajudá-lo nesse processo”, afirma Edna. “O ECA tem função protetiva e responsabilizadora. Portanto, devemos garantir os direitos do adolescente e também ajudá-lo no processo de se tornar responsável”, explica.

Teo Weingrill Araujo, psicólogo da área de Prevenção da Coordenação Estadual de DST/Aids da Secretaria de Estado da Saúde, acredita que quando o adolescente procura um serviço de saúde para ter informações sobre a sexualidade e métodos contraceptivos, por exemplo, ele já está demonstrando capacidade de cuidar de si. “Muitas vezes os jovens querem esclarecer dúvidas sobre o uso do preservativo ou ter acesso a ele. Essa demonstração de autonomia deve ser valorizada pelo psicólogo”, recomenda. Ele acrescenta que os adolescentes têm o mesmo direito ao sigilo que os adultos. “Nossa obrigação é manter entre o psicólogo e o adolescente o que foi conversado”, afirma.

Tanto Araujo como Edna explicam que o psicólogo só deve relatar o que acontece no consultório ou no centro de saúde para os pais do adolescente ou para alguma outra

instância, como o Conselho Tutelar, quando o jovem estiver em situação extrema de risco real à própria vida ou à vida de terceiros. “Se o adolescente for envolvido em uma rede de prostituição e não tiver condições de se desvencilhar sozinho dela, por exemplo, o psicólogo deve procurar alguma autoridade para ajudá-lo”, afirma Edna. Segundo ela, dependendo do caso, a ajuda pode vir da família, do Conselho Tutelar ou de ONGs que atuam na prevenção da prostituição, por exemplo.

Mas em qualquer caso, Araujo acredita que a decisão de relatar o que está acontecendo à família ou às autoridades deve ser resultado de uma construção coletiva. “O psicólogo não deve decidir sozinho relatar o assunto: o ideal é tomar uma decisão junto com o jovem, esclarecer para ele que é preciso pedir ajuda para resolver a questão”, acredita. Em situações preocupantes, a recomendação de Araujo é para que o psicólogo busque a ajuda de outros profissionais de saúde antes de decidir qual a melhor atitude a tomar. “O Conselho Tutelar e a Vara da Infância podem ser fontes de orientação. Não é preciso abrir um processo para conversar com um juiz: em muitos casos é possível buscar ajuda para tomar a decisão mais acertada”, acredita Araujo.

O Centro de Referência e Treinamento DST/Aids da Secretaria de Estado da Saúde põe à disposição, na internet, materiais que podem auxiliar o psicólogo a lidar com a sexualidade do jovem. O material está no endereço www.crt.saude.sp.gov.br, no link “Brochuras subsidiam serviços de saúde para prevenção de HIV/Aids em jovens”. ●

A Psicologia tem muito a ensinar

Inclusão de disciplinas ligadas à Psicologia em outros cursos superiores não é obrigatória, mas pode contribuir muito com a formação humana e profissional dos alunos

Diversos cursos universitários oferecem, em sua grade curricular, uma ou mais disciplinas ligadas à Psicologia, seja obrigatória ou optativa. A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) não tem dados quantitativos sobre esses cursos, mas está fazendo um levantamento para conhecê-los melhor. “Temos olhado para eles com cuidado, mas este olhar ainda é de aproximação”, afirma Roberta Azzi, diretora da associação. Mas, apesar do grande número de cursos que incluem a Psicologia no currículo, a maior parte dos profissionais com nível superior passou por toda a sua vida escolar sem ter nenhum contato importante com o tema.

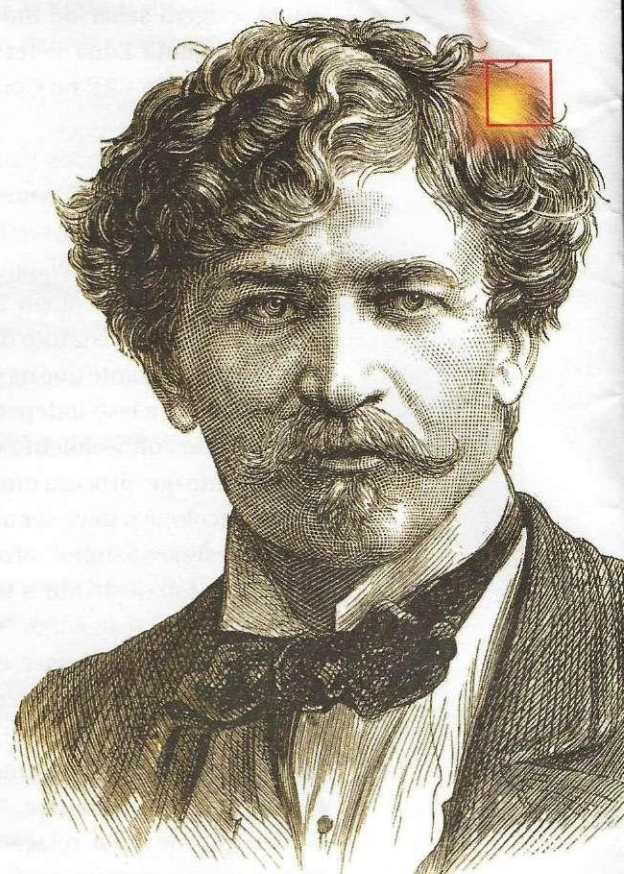
Na opinião do presidente da ABEP, Marcos Ferreira, todos os profissionais teriam a ganhar se tivessem mais contato com a Psicologia, porque é a forma de compreender a dimensão subjetiva do ser humano. “Todos os profissionais precisam disso, seja assistente social, médico, engenheiro, mesmo que não pareça. O agrônomo se forma, e depois não entende porque o agricultor não segue suas orientações. O agricultor, na verdade, simplesmente quer fazer seu trabalho como vem fazendo há muitos anos, e o agrônomo não consegue convencê-lo a mudar, porque não lida com a dimensão subjetiva. A legitimação da informação que ele está transmitindo não vem da técnica, mas da capacidade de interação entre o que ele sabe na técnica e o que a sociedade reconhece”, exemplifica. “Nesse reconhecimento, a dimensão subjetiva é fundamental, e pode ser ensinada pela Psicologia”, afirma. “Todos os profissio-

nais podem aproveitar aquilo que a ciência psicológica já sabe fazer.”

A psicóloga e professora da Universidade Federal de São Carlos, Ana Lúcia Cortegoso, acrescenta que o conhecimento da Psicologia muitas vezes só chega aos profissionais que não são ligados à área por meio da psicoterapia. “Incluir disciplinas da Psicologia nos cursos superiores, ou mesmo no ensino básico, é uma forma de compartilhar o conhecimento acumulado por essa ciência sobre o ser humano”, acredita. Dessa forma, segundo Ana Lúcia, é possível instrumentalizar os futuros profissionais para entender o fenômeno psicológico.

Ensinar Psicologia a estudantes de outras áreas traz um grande desafio, na opinião de Marcos Ferreira, da ABEP. “Nós vomitamos teorias, enquanto o que as pessoas precisam é de instrumentos para compreender esse plano subjetivo da convivência social”, ele acredita. Para Marcos Ferreira, a teoria deve ser usada, sim, mas para explicar as ferramentas de compreensão da realidade. “Temos de ensinar aos profissionais assuntos que transformem em ferramentas significativas para que o trabalho dele se desenvolva com maior eficácia e melhor qualidade, e é por isso que precisamos estar em todas as formações.”

A professora da Universidade Metodista de São Paulo, Alessandra Mara dos Santos Dutra, acredita que a melhor forma de aproximar o conhecimento da Psicologia do cotidiano dos estudantes de outros cursos é aprender a linguagem daquela profissão. “Você precisa

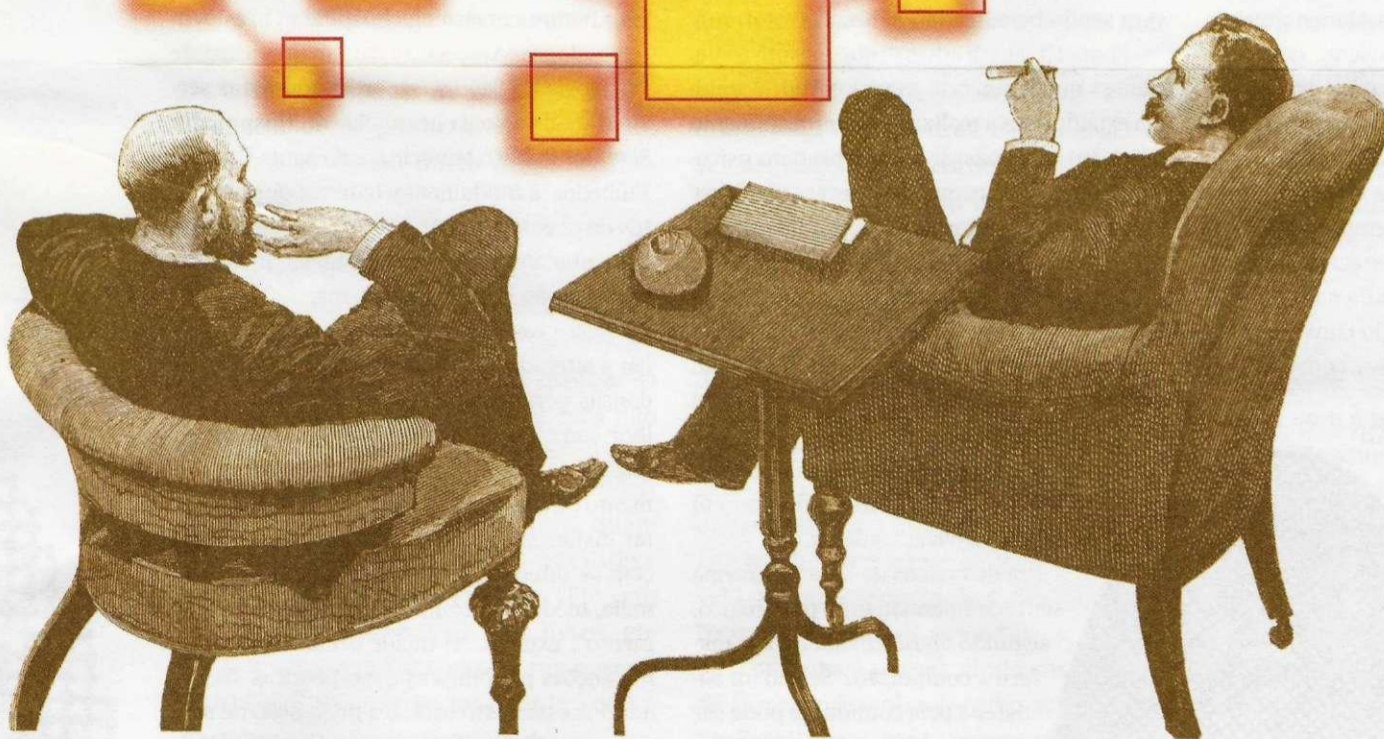


saber o que eles querem da disciplina. Não adianta entrar em um curso e começar a falar de personalidade, de termos técnicos, porque há coisas que cabem apenas às pessoas que querem fazer Psicologia”, opina ela, que dá aulas dessa disciplina em outros cursos superiores há 13 anos. “Na Odontologia, por exemplo, o curso de Psicologia pretendia humanizar a relação dentista-paciente, porque todo o resto do curso é muito focado no dente. Então era importante lembrar que aquilo não era só um dente, mas uma pessoa”. Ela considera esse movimento um desafio. “Às vezes, os professores não têm facilidade para fazer isso, e acabam preferindo lecionar somente nos cursos de Psicologia.”

Outro papel importante desse professor, na opinião de Alessandra, é desenvolver discussões sobre cidadania e compromisso social. “O tema normalmente não fica a cargo das matérias específicas. Nesse momento, a Psicologia pode trabalhar a questão da identidade, afetividade. Usando a demanda de cada curso, é importante fazer um gancho e perguntar: qual o seu papel na sociedade?”, diz. Ela afirma que sempre tentou capacitar os alunos para pensar o cidadão que ele será depois de deixar

os bancos da universidade. “Considero fundamental falar sobre o compromisso e a responsabilidade social que cada profissional vai ter no mundo.”

Para Marcos Ferreira, presidente da ABEP, contribuir com a formação da responsabilidade do profissional é essencial. “Hoje em dia, existe uma política de transferência de ônus nas profissões: eu faço aquilo para o qual fui treinado, mas a garantia da eficácia depende do meu cliente, da pessoa que está do outro lado”, explica. Estas opiniões configuram-se como exemplos de possibilidades que o ensino de Psicologia nos outros cursos pode anunciar e que levam a ABEP, segundo sua diretora, Roberta Azzi, a propor ações que promovam debates e delineiem caminhos promissores para a contribuição da Psicologia nos diferentes cursos de formação em nível superior. ●



INFORME PUBLICITÁRIO



Cursos de Expansão Cultural

2º semestre

2007

com duração de aproximadamente
3 meses

Áreas de Psicologia, Saúde, Educação, Filosofia e Arte.

Para todos aqueles que tenham interesses específicos no desenvolvimento profissional e pessoal

DESTINADO A:

psicólogos, pedagogos, psicopedagogos, médicos, psiquiatras, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, professores, filósofos, artistas, Rh, outros profissionais das áreas da Cultura, Recreação, Educação e Saúde e interessados em geral.

Informações e Matrículas

Instituto Sedes Sapientiae
Rua Ministro Godoy, 1484 - Perdizes/SP
Tel: 3866-2730/31/32/33/34

[Http://www.sedes.org.br](http://www.sedes.org.br)
E-mail: sedes@sedes.org.br

Transtornos alimentares exigem atuação firme e responsável do psicólogo

O profissional tem um papel importante, tanto no tratamento como no acompanhamento do paciente

A indústria da magreza vem trazendo graves conseqüências, especialmente para as jovens. O país também é líder mundial no consumo de medicamentos para emagrecer, segundo pesquisa da ONU. No ano passado, dois casos de modelos mortas vítimas de transtornos alimentares ganharam destaque na mídia. E, na busca excessiva pela forma física induzida pelo mercado da beleza, há quem recorra à cirurgia bariátrica para perder peso rapidamente.

Nesse contexto de constante bombardeio da ditadura da aparência sobre a sociedade, o psicólogo aparece como um profissional indicado para discutir as causas e as repercussões de transtornos alimentares, muitas vezes resultado de desequilíbrio emocional.

“Não é preciso saber a especificidade de cada um desses transtornos, mas o profissional precisa estar preparado para reconhecer esses casos”, afirma Alicia Cobelo, chefe do departamento de Psicologia do Protad (Programa de Atendimento à Criança e ao Adolescente) do Ambulim, (Ambulatório de Bulimia e Transtornos Alimentares) no Hospital das Clínicas. “A paciente com anorexia nervosa se recusa a manter o peso mínimo saudável para idade e altura, teme engordar e tem distorção de imagem corporal; ou seja, mesmo magra, acha que tem a barriga ou o braço enorme”, exemplifica. Ela explica que, além de dessas características de natureza comportamental, para uma classificação acadêmica, é necessário constatar que a paciente está há três meses consecutivos sem menstruar.

No caso da bulimia, Alicia observa que um dos sinais do transtorno são as compulsões dos pacientes. “É resultado do consumo de muitas calorias em pouco tempo numa combinação inadequada de alimentos, como feijão com sorvete. Depois desse ataque, ela recorre a métodos purgativos para compensar, que pode ser o vômito ou outros, como tomar laxante, diurético ou passar muitas horas na academia”, explica.

Ela ressalta que o tratamento exige o acompanhamento de diferentes profissionais. “O psicólogo não consegue dar conta sozinho. São doenças graves que exigem uma equipe multidisciplinar. O médico e o nutricionista são parceiros do psicólogo”, aconselha Alicia. Os transtornos vêm acompanhados de uma série de comorbidades, que precisam de acompanhamento médico. “O nutricionista também tem um papel importante, por-

que a disfunção nutricional é visível nesses transtornos”, acrescenta. Esses profissionais podem ser de centros de tratamento como o Ambulim ou o Protad, nos quais o psicólogo pode continuar acompanhando o tratamento do paciente. “Muitas vezes, isso é recomendável até por questões econômicas, quando a família tem dificuldade para pagar uma equipe multidisciplinar”, acrescenta.

A importância da atuação do psicólogo se estende também aos pacientes obesos. “A psicoterapia pode ser de grande ajuda na perda de peso, associada a uma reeducação alimentar e mudança no estilo de vida”, diz Maria Elizabeth Gatto, psicóloga, psicanalista, especialista em transtornos alimentares e obesidade e primeira-secretária do INBIO (Instituto Brasileiro Interdisciplinar de Obesidade). Segundo ela, a obesidade é, não raro, reflexo de problemas emocionais, e não físicos. Atualmente, antes de considerar um tratamento multidisciplinar, muitos pacientes buscam inadvertidamente a cirurgia bariátrica. “É um dos recursos que existem no tratamento, mas que vem sendo banalizada”, avisa.

Maria Elizabeth adverte que mesmo os pacientes que ganharam massa corporal mínima exigida para a realização do procedimento precisam antes passar por um preparo psicológico antes da cirurgia. “A intervenção desse profissional é importante para ajudar o paciente a mudar sua relação com a comida. Ele perde muito peso em muito pouco tempo, e pelo resto da vida vai ter de controlar a dieta, porque o desejo de comer não muda com a cirurgia. Além disso, o paciente também vai ter que lidar com sua nova imagem corporal, com novas situações em seus relacionamentos inter pessoais e com mudanças em seu modo de viver”, afirma.

Um dos riscos de fazer a cirurgia sem acompanhamento psicológico, segundo Maria Elizabeth, é transferir a compulsão. “Se não for satisfeita pela comida ela pode ser substituída: a pessoa passa a beber, gastar, jogar ou fazer sexo para ter a compensação imediata que a comida não proporciona mais”, explica. Outros riscos referem-se à manifestação mais evidente de alterações emocionais pré existentes como depressão e transtornos de ansiedade. Por essa razão, o INBIO luta para que a avaliação psicológica seja obrigatória antes da cirurgia. “Essa avaliação traz um prognóstico de como a pessoa poderá reagir”, argumenta. Segundo Maria Elizabeth, a avaliação pode sugerir que a cirurgia seja adiada ou não seja feita, mas não pode impedir a realização. “Em todos os casos, é recomendado o acompanhamento psicológico posterior à cirurgia.” Acompanhamento, segundo Alicia Cobelo, do Ambulim, que deve ser feito também pela família, que partici-

pa do dia-a-dia e lida com a alimentação e a medicação. “Não dá para tratar o paciente e esquecer a família, senão o tratamento não funciona”, explica.

Alicia afirma que a primeira dificuldade ao lidar com os pais é superar a culpa. “Eles se sentem responsáveis pela doença. A questão da alimentação é muito básica, e não conseguir fazer com que o filho coma traz um peso muito grande”, diz. Outra dificuldade é convencer algumas famílias de que anorexia e bulimia são doenças. “Há pais que dizem que é frescura, porque o problema parece simples. Eles precisam ser convencidos de que os filhos têm um problema sério e precisam ser tratados ou podem até morrer”, ressalta.

A maioria dos estudos atuais sobre obesidade enfatiza não somente a inclusão da família no tratamento, mas também considera a relevância do funcionamento familiar, das práticas conversacionais, legados transgeracionais e a cultura alimentar específica de cada família como aspectos que afetam o desenvolvimento dos transtornos alimentares, segundo Heloisa Chiattonne, psicóloga hospitalar, presidente da Alapsa (Associação Latino-americana de Psicologia da Saúde) e coordenadora dos serviços de psicologia hospitalar do Hospital do Servidor Público Municipal e da Santa Casa de Vinhedo. “É fundamental lembrar que os efeitos do diagnóstico e tratamento de transtorno alimentar afetam o sistema familiar, incluindo a internação hospitalar”, afirma.

Nesse caso, Heloisa diz que a rotina familiar é alterada e o tratamento pode exigir mudanças permanentes. Ela acredita que o melhor caminho é envolver adequadamente os familiares. “Demarcar fronteiras entre tratamento profissional e o cuidado familiar e tentar distanciar os parentes do paciente reforçam as diferenças e a animosidade entre família, médicos e equipe, dificultando o tratamento”, explica. “O maior propósito das intervenções psicológicas e terapêuticas, frente a todos esses estresses, é a prevenção de sintomas e a disfunção na organização familiar, que é diariamente observada pelos psicólogos hospitalares.”

Heloisa destaca que, a partir do momento da internação do paciente, há uma “mudança” de papéis: a família passa a ser “visitante” ou “acompanhante” e não mais cuidadora. Por isso, deverá ser também considerada paciente, até que possa voltar a cuidar. “Um dos desafios do psicólogo hospitalar no tratamento de pacientes com transtornos alimentares no Hospital Geral é envolver e compartilhar com familiares e pacientes suas histórias repletas de insegurança e angústias, visando construir uma boa relação entre a família e a equipe de tratamento, para que a compreensão dos significados possa ser transformada, traduzindo-se em benefício para todos os envolvidos no processo.”

Palco para a vida real

Teatro do Oprimido nos Centros de Atenção Psicossocial para auxiliar na construção de uma nova relação da sociedade com os usuários da saúde mental

Dialogar em níveis de igualdade com usuários, médicos e enfermeiros, funcionários e familiares, cada um dentro de suas particularidades: é com essa proposta que o Centro do Teatro do Oprimido (CTO Rio) vem desenvolvendo, desde 2004, em parceria com o Ministério da Saúde, um trabalho junto aos Centros de Atenção Psicossocial. A experiência bem sucedida começou no Rio de Janeiro e em Niterói. Desde o ano passado, também marca presença em CAPS do Estado de São Paulo - na capital, em Guarulhos, Santos, São Vicente, Praia Grande, Guarujá e Cubatão -, além das unidades do Estado do Rio de Janeiro.

O CTO Rio é um centro de pesquisa que desenvolve a metodologia do Teatro do Oprimido criado por Augusto Boal. "Nosso método consiste no estudo e na análise estética de cada realidade concreta, metaforizada pela arte para melhor compreendê-la, e para ensaiar formas de eliminar todas as opressões nela existentes, revelando seus mecanismos", explica o próprio Boal.

Nos CAPS, o trabalho começa com os profissionais que estão no cuidar dos usuários de saúde mental, conforme explica Cláudia Simone, curinga do Teatro do Oprimido. Curinga é um facilitador do Teatro do Oprimido, um especialista na metodologia do artista com função pedagógica, capaz de ministrar oficinas e cursos, coordenar grupos do teatro e mediar o diálogo entre o elenco e a platéia nas sessões de teatro-fórum.

"O profissional faz uma capacitação conosco e aprende o básico da metodologia do Teatro do Oprimido", explica. Depois da capacitação, os funcionários voltam para os CAPS onde trabalham e repassam o aprendido. No Estado de São Paulo, já foram capacitados 40 profissionais.

O método consiste na realização de cenas de teatro-fórum. É feita uma pergunta através de uma encenação, que é colocada no palco para discussão. "A proposta é dialogarmos com a platéia o tema a fim de transformar a realidade dessas pessoas", diz. "A platéia é formada por 'especta-atores', que assistem ao espetáculo. Ao receberem e compreenderem a pergunta, participam da cena se colocando no lugar da pessoa oprimida que quer mudar a situação."

Nas unidades, os grupos são formados pelos profissionais que fizeram a capacitação, usuários, outros funcionários, além de familiares para discutir essa realidade da saúde mental como um todo e poder transformá-la. "Um dos objetivos é o de chegarmos ao teatro-fórum, onde um segmento da vida social é metaforizado, estudado, e onde alternativas de ações futuras possam ser imaginadas e ensaiadas. O teatro-fórum é o trampolim para a intervenção na realidade - meta-suprema do nosso trabalho", explica Augusto Boal. Segundo ele, o caráter lúdico do teatro permite a fluência das descobertas.

Segundo Cláudia, inicialmente os temas abordados nas montagens eram ligados diretamente às questões únicas dos usuários de saúde mental. "Falávamos sobre a adesão à medicação, o exercício saudável da sexualidade e outros assuntos", relata. "Mas, como os temas surgiam das necessidades do grupo, nos anos seguintes conseguimos sair do estigma, do rótulo de ser usuário, e passamos a universalizar os problemas. Estamos conseguindo ampliar a discussão", anima-se Cláudia.

Exemplo disso, é a discussão sobre o racismo num CAPS de Niterói, onde a maioria dos usuários que frequenta a unidade é negra. "Pretendemos fazer com que o usuário de saúde mental seja tratado como ser humano", justifica ela. "Esses temas são universais, passam por toda a sociedade, e não só na saúde mental", afirma.

O trabalho, segundo Cláudia, é um pouco diferente em cada CAPS. "Eles têm especificidades. Existe um, no Rio, que tinha uma oficina de maculelê, e juntou a atividade com o Teatro do Oprimido para construir a cena de teatro-fórum", relata. "É uma forma diferente de se falar da vida, tratar dos problemas e transformar. A nossa proposta é que, no palco, se discuta a realidade para transformá-la de fato. Os usuários levam para o dia-a-dia o que exercitaram no palco", conta.

Além das diferenças de temas, também há o grau de dificuldade de cada CAPS. "Alguns ainda estão fazendo oficinas com jogos e não chegaram a montar cenas, outros já avançaram nas peças e outros já estão fazendo espetáculos fora das unidades, rompendo os muros do CAPS e dialogando com a sociedade", diz.

Para o caminho funcionar bem, Cláudia explica que é preciso respeitar o ritmo de cada usuário. "Nós temos de ter clareza que o teatro não é só a encenação, e esse é um processo de descoberta. No início, o usuário expressa as suas dificuldades. E o Teatro do Oprimido é com o oprimido, para o oprimido, pelo oprimido. Ele é quem diz como vai funcionar", explica. Durante o trabalho, os usuários escrevem o próprio texto e decidem onde querem estar ou não.

"Havia um rapaz que está no grupo há seis meses sem nunca ter entrado em cena. Ele gostava de carregar o cenário. Nunca faltou, assistiu a todos os espetáculos e tinha sempre a mesma função. Há pouco tempo, um dos atores que fazia o espetáculo desistiu de participar do grupo. E o rapaz que só carregava o cenário se colocou: decidiu que faria a apresentação", relata. Segundo ela, ele decidiu entrar no palco quando se sentiu seguro, à vontade, no momento certo.

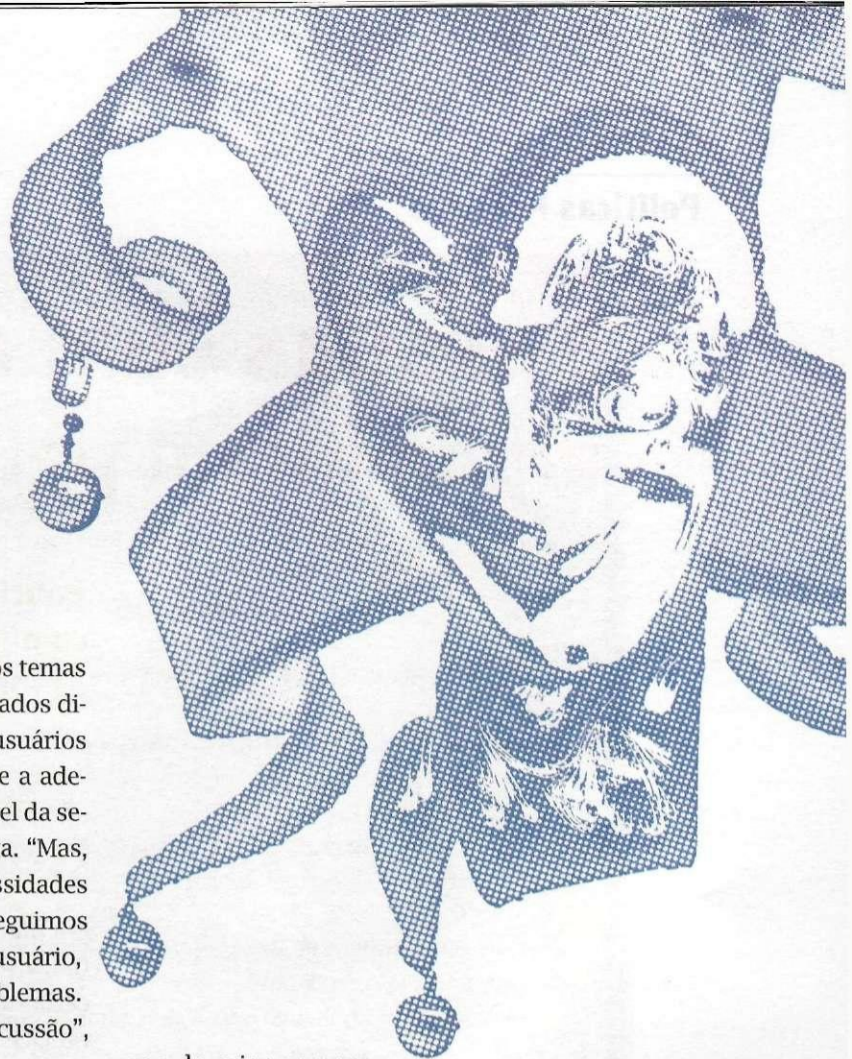
Mas Boal explica que as dificuldades enfrentadas pelos usuários são maiores, mas não diferentes do que as de qualquer outra comunidade, ou mesmo de atores profissionais ou amadores. "O fato de serem capa-

zes de criar personagens em situação já é, em si, libertador, pois os usuários percebem, estética e subliminarmente, ou em plena consciência, que, se são capazes de representar um papel, em tese serão também capazes de adotar esse papel, quando bem ensaiados - isto é, de integrar o personagem, ou alguma de suas características, à sua personalidade", acredita ele.

A peculiaridade de cada CAPS justifica porque alguns grupos ainda nem fizeram a cena, mesmo depois de um ano de trabalho. "Eles estão se apropriando do método de uma outra maneira. É preciso que eles construam um vínculo, entendam como as coisas funcionam, ter segurança para se expressar. Tem gente que está há muito tempo se tratando em psiquiatria, tem gente que há muito tempo não tem a oportunidade de contar a sua história de outra maneira, de se ver de outra maneira. Reforçar sua auto-estima também leva um tempo", justifica Cláudia. Ela comenta que o espaço tem suas regras, e para que o trabalho seja completado deve haver estímulo. "É preciso mostrar que o usuário é capaz, que ele tem essa potencialidade adormecida. Mas levamos em conta que ele está quimicamente tratado, que a linguagem é nova para a maioria das pessoas, não só para eles", explica.

As apresentações também seguem um ritmo. "Primeiro, no CAPS, para discutir a realidade com o próprio grupo. Depois, o espetáculo é aberto para familiares, que podem, a partir disso, ver o usuário com outro olhar, porque ele passa a ser ator e sujeito da sua transformação", Cláudia explica. O último passo é fazer as apresentações abertas para a comunidade. "Nesses espetáculos, aparecem pessoas interessadas, curiosas. Elas podem entender o que é ser usuário, o que é essa realidade e nos ajudar a transformá-la", afirma. "Essa diversidade de públicos se deve à proposta de propiciar que as diferenças convivam."

Além disso, na opinião de Cláudia, o Teatro do Oprimido é uma forma de mudar a visão que a sociedade tem do usuário de saúde mental. "Muita gente discrimina por não conhecer, tem uma imagem pejorativa do portador de sofrimento psíquico. O Teatro do Oprimido ajuda a mostrar o que é a saúde mental agora, depois de novas possibilidades no cuidado." ●



Pessoas com deficiência ainda lutam pelo direito à autonomia

Política pública, principalmente na área da educação, é o caminho para a inclusão social de uma população de mais de 25 milhões de pessoas

Em março, uma mulher com deficiência física foi barrada em uma agência bancária de São Paulo, revistada pelo segurança e submetida à humilhação, porque o dispositivo de segurança da porta eletrônica foi acionado pela placa de titânio que ela tinha na perna direita. No mesmo mês, em Niterói, Rio de Janeiro, um padre se recusou a celebrar o casamento de um casal - ele com paralisia cerebral e ela com déficit de aprendizado. Argumento do sacerdote: de que a noiva era evangélica. Também em março, a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) questionou formas de flexibilizar a legislação que obriga as empresas a contratar pessoas com deficiência. A indústria reclama que tem dificuldades de encontrar gente qualificada.

Essas são amostras que, na verdade, pipocam em todo o país. Esses exemplos, de natureza distinta, carregam uma característica em comum: ferem o princípio básico de tornar a pessoa com deficiência autônoma. Essa é a opinião de Fábio Adiron, membro da Comissão Executiva do Fórum Permanente de Educação Inclusiva e moderador do grupo de discussão sobre Síndrome de Down do Yahoo Grupos. "A pessoa com deficiência deve ser vista e tratada com um cidadão comum no sentido de ter acesso a todas as coisas. E isso só é possível se houver polí-

ticas públicas que dêem atendimento específico a elas", avalia.

Rosângela Gavioli Prieto, professora da Faculdade de Educação da USP com doutorado sobre estudo em políticas públicas em educação especial, também ressalta a importância de maiores esforços na elaboração, planejamento e execução de políticas públicas dirigidas às pessoas com deficiência. Rosângela observa que "os casos divulgados pela imprensa revelam a crença da sociedade na sua incapacidade de autonomia, uma educação precária para essas pessoas e a falta de qualificação de funcionários e trabalhadores para atuar junto a essa população", analisa. "Esse quadro leva à negação de direitos e ao preconceito", assevera ela.

Rosângela Prieto sugere a adequação dos textos legais por conta das constantes mudanças sociais e um esforço concentrado do poder público para implantar o que ainda não está sendo cumprido. Nessa direção, tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que propõe um estatuto do deficiente com a finalidade de sistematizar um conjunto de direitos que facilite a elaboração de políticas públicas para um universo de mais de 25 milhões de pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Brasil, de cada 100 pessoas, 14 apresentam alguma deficiência auditiva, motora, de aprendizado ou visual. Segundo a Organização Mundial de Saúde, 10% da população mundial apresenta algum tipo de deficiência física.

Fábio Adiron vê, porém, com desconfiança um estatuto, que segundo ele, "está no terceiro ou quarto substitutivo". "O estatuto é necessário, até porque ele consolidaria as várias leis para a população com deficiência. Acontece que houve muita interferência, principalmente por parte de ONGs, interessadas em continuar a receber recursos públicos, deformando a proposta original",

acusa. Segundo ele, com o *lobby* dessas entidades, o estatuto não promove a autonomia e sim perpetua a tutela às pessoas com deficiência. Adiron diz que as barreiras impostas à pessoa com deficiência são tão extensas que a lei por si só não resolve. “A atitude das pessoas é que precisa ser alterada”, afirma.

A professora da USP, Rosângela Prieto, sugere o envolvimento da mídia nesse processo. “Os veículos de comunicação poderiam exercer um papel mais contundente de informação, orientação e educação”, indica. Fábio Adiron acrescenta que as emissoras de TV poderiam ir mais longe e ajudar a integrar essa população. “Embora tenha havido conquistas na área de acessibilidade física, a parte cultural pouco avançou e a televisão faz parte desse segmento. As televisões digitais têm cada vez mais recursos que não são colocados a serviço do cego e do disléxico, por exemplo, que precisam de dublagem”, recomenda.

Para Adiron, mais do que leis novas, é preciso que haja políticas públicas em todos os níveis de governo e articulação dos órgãos envolvidos. “Na cidade de São Paulo, foi construído um prédio de dois andares para educação voltada às pessoas com deficiência que não tem elevador. Essa aberração aconteceu, porque a secretaria de Obras não conversa com a secretaria da Educação”, critica.

Rosângela Prieto comenta que, no Brasil, a característica que ainda prevalece no planejamento e na execução das políticas sociais é a segmentação. “Não há articulação entre os vários setores. No caso de políticas para os que apresentam deficiência, não se sabe o que ter como

referência: se a educação, a saúde ou o transporte. Há problemas de ordem estrutural e de planejamento das políticas de atendimento a essa população”, acredita. Para ela, é preciso ter claro também qual a destinação de verbas para a execução dessas políticas, porque há rubricas pouco definidas, pulverizando o dinheiro em várias ações sem centralizar na solução. “O aspecto financeiro é muito importante, porque quando se fala em dar condições de acesso a essa população, quando falamos de comprar equipamentos e qualificar professores, estamos falando de custos”, diz. “Mas será que os governantes têm idéia de quanto, de fato, destinam de verba pública para essa área?”, questiona.

Mas se há algo, na opinião de Adiron, que avança a passos largos é a política de educação inclusiva do governo federal. “O programa da Secretaria Nacional de Educação Especial de capacitação de professores no Brasil para trabalhar com inclusão é muito bom”, elogia ele. “E dentro de tantas prioridades, a educação é a principal. É preciso garantir a igualdade e o direito à diferença. Temos que assegurar que todos estejam na escola, mas que sejam evidenciadas as necessidades específicas daqueles com deficiência”, resume Rosângela Prieto.●

Sites de interesse:

Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência: <http://www.cedipod.org.br/>

Secretaria Nacional de Educação Especial: <http://portal.mec.gov.br/seesp/>

Bauru e Rio Preto, 20 anos de Luta Antimanicomial

O Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental foi a primeira manifestação pública pela extinção dos manicômios no Brasil

Em 1987, a cidade de Bauru recebeu o Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental. O evento foi um marco na Luta Antimanicomial ao viabilizar a primeira manifestação pública organizada no Brasil pela extinção dos hospitais psiquiátricos. “Ele consagrou um novo momento da luta contra a exclusão e a discriminação no tratamento dos transtornos mentais”, afirma Sandra Elena Sposito, conselheira e coordenadora da Comissão Gestora da subsede do CRP SP de Bauru.

No Congresso, foi aprovada em plenária a Carta de Bauru, um documento que representava uma nova posição política dos trabalhadores da saúde mental. Ela estabelece os princípios da Luta Antimanicomial e determina o dia 18 de maio como o “Dia Nacional da Luta Antimanicomial”. “Desde então, concretizou-se uma articulação dos trabalhadores da saúde mental, usuários, familiares, profissionais da saúde e a sociedade civil organizada de diversos pontos do país, a fim de consolidar os princípios da Luta Antimanicomial”, explica Sandra.

O objetivo principal deste movimento é a defesa do fim dos hospitais psiquiátricos como locais de tratamento para as pessoas acometidas de algum transtorno mental e a busca de tratamentos alternativos visando a qualidade de vida. O trabalho também é no sentido de conscientizar a sociedade quanto a uma nova concepção da loucura, pois a existência de hospitais psiquiátricos é amparada na concepção excludente da loucura e no mito da periculosidade e incapacidade das pessoas com sofrimento mental. Na continuidade da Luta Antimanicomial em Bauru, fundou-se o primeiro NAPS (Núcleo de Apoio Psicossocial). “Ele

tem atuação e conceito totalmente antimanicomial. Houve a implantação de formas de tratamento que não ocasionassem a internação dos pacientes em hospitais psiquiátricos”, explica Sandra.

Como comemoração aos vinte anos deste marco histórico para o movimento da Luta Antimanicomial no Brasil, uma série de eventos foi preparada em Bauru pela subsede do CRP SP junto com a prefeitura (Secretaria da Saúde e Secretaria da Cultura), a UNESP (Faculdade de Artes, Arquitetura e Comunicação e Faculdade de Ciências - Departamento de Psicologia), o Empório da Comunicação, FUNARTE - Projeto Arte sem Barreiras e Câmara Municipal (Comissão de Saúde). Está prevista a publicação de um caderno comemorativo e um documentário que tem o objetivo de promover um resgate histórico da Luta Antimanicomial no Brasil. “Muito pouco foi registrado sobre este importante episódio da vida nacional, que se tornou um marco no tratamento da loucura no Brasil”, afirma Sandra.

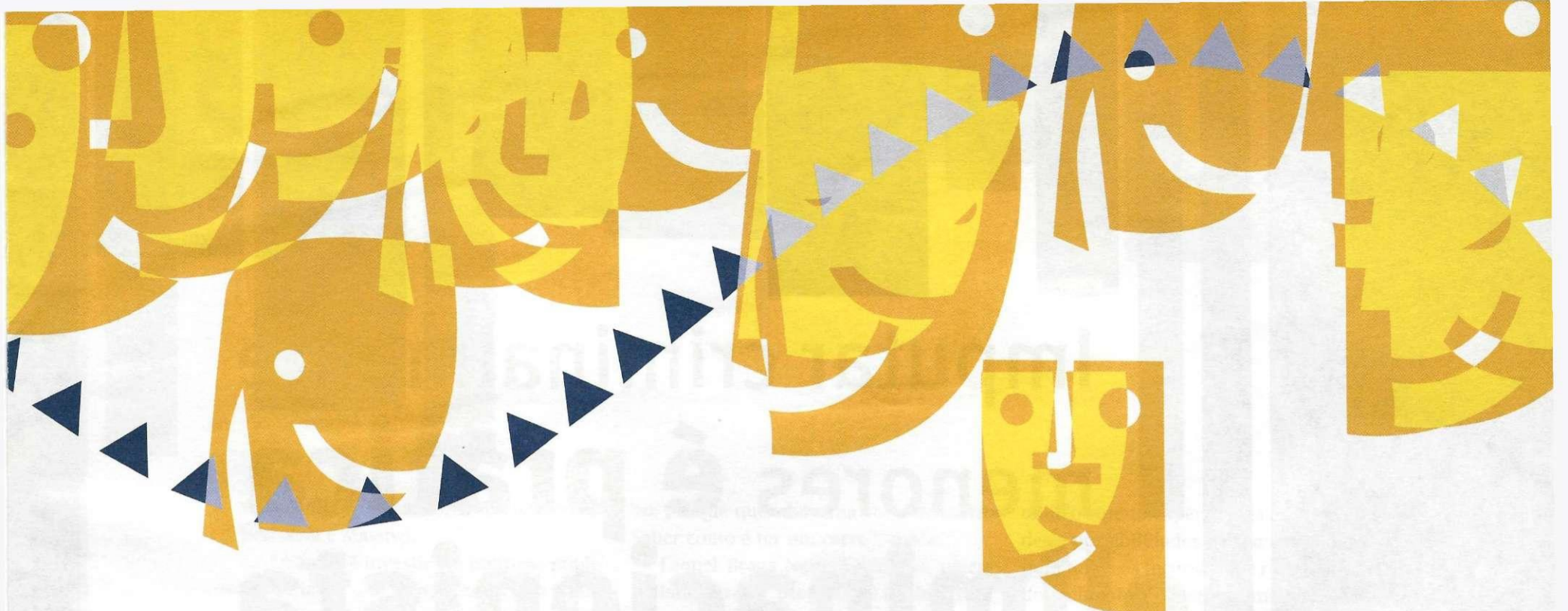
Também completa 20 anos, em 2007, a criação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Itapeva, fundado em 12 de março de 1987. “Ele mudou a concepção na forma de tratar e encarar o sofrimento mental, passando a ver no paciente não somente a doença, mas concentrando a atenção na pessoa e, principalmente, em sua subjetividade”, afirma Geraldo Peixoto, participante dos Movimentos Sociais da Saúde Mental e pai de André Luiz, usuário de saúde mental. “Quando conheci o CAPS, notei que contrastava frontalmente com tudo o que eu conhecia. Rapidamente notei que aquele era o lugar onde eu e meu filho deveríamos estar”, relata.

São José do Rio Preto aderiu à Luta Antimanicomial, em 1992. A cidade rece-

beu a 1ª Conferência Regional de Saúde Mental, com ampla participação de trabalhadores da saúde mental, usuários e governo. Em 2002, aconteceu a 2ª Conferência Municipal, o que possibilitou a ida novamente de Rio Preto, dez anos depois, à 2ª Conferência Estadual e Nacional de Saúde Mental. A psicóloga Maria José Berto, hoje vice-presidente do CRP SP, foi delegada nas duas ocasiões, representando os trabalhadores. “Isso possibilitou a inscrição da região nos debates e fóruns sobre a Luta Antimanicomial. O Sr. Geraldo Peixoto, esteve aqui reunido com usuários, familiares e técnicos pela Fundação Franco Basaglia, no intuito de situar a questão dos direitos e de cidadania do usuário de saúde mental. Era um novo olhar ao usuário trazido pelo familiar, olhar de compromisso com o resgate do cidadão”, afirma Maria José Berto.

No processo de execução significativa de políticas públicas de saúde mental, houve o fechamento de um hospital psiquiátrico na região e a implantação, em São José do Rio Preto, dos serviços de ambulatório de saúde mental, CAPS para crianças e adolescentes, adultos, álcool e drogas, emergência psiquiátrica, políticas intersetoriais, atendimento psicológico nas UBS, e atualmente, os serviços de inclusão para autistas.

Merece atenção especial a transformação do Centro Municipal de Estimulação (Centrinho), da Secretaria de Educação, em CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial Infantil). “O trabalho intersetorial envolveu cinco secretarias, (saúde, educação, cultura, assistência social e esportes e lazer) na atenção integral à criança e ao adolescente, nos seus domínios de vida. A capacitação feita em serviço de-



mandou mudança de paradigma e superação de resistências”, afirma a primeira gerente do projeto, a psicóloga Terezinha de Jesus Lois Oureiro.

A equipe era anteriormente formada por assistentes sociais, psicólogos, pedagogas, fonoaudiólogas e terapeutas ocupacionais com enfoque nas dificuldades de aprendizagem, e passou a contar também com um psiquiatra, uma enfermeira e uma auxiliar de enfermagem. “O CAP-

Si, nesse processo, funcionou como o organizador das políticas públicas, e como capacitador dos outros segmentos e parceiros na atenção à criança e ao adolescente”, explica Terezinha. O resultado, segundo ela, foi uma otimização dos recursos públicos. “Houve mudanças no fluxo de encaminhamentos, na cultura da medicalização e maior envolvimento das famílias, escola e outros domínios de vida, no tratamento dos pacientes”, diz.

Com o êxito dessa experiência, foi implantado posteriormente um novo CAPSi, focado nos transtornos invasivos do desenvolvimento, em parceria com a Escola Municipal do Autista. Terezinha passou, então, a ser gerente desse novo CAPSi. “Ele tem um potencial formador estratégico, que demanda menos mudanças do que as enfrentadas pelo antigo Centrinho. Como o trabalho intersetorial já estava funcionando, o processo foi agilizado”, acredita.●

INFORME PUBLICITÁRIO

CEP
CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS

Inscrições abertas 2º semestre:
CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
* Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia

Coordenação: Ernesto Raul Duvidovich (CRP06/7745)
Walkiria Del Picchia Zanoni (CRP06/5039)

Início: 30/08/07 **Duração:** 3 anos
Horário: 5ª feira: 18h às 21h

Informações pelos telefones: 11 3864-2330 / 3865-0017 ou
www.centropsicanalise.com.br / cep@centropsicanalise.com.br

Ψ P P E S P
INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA,
ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA
CRP PJ 06/2686 CNPJ 05.469.707/0001-65
EPSP Escola de Psicologia de São Paulo

* CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO PARA PSICÓLOGOS (2 ANOS)
Psicoterapias Psicodinâmicas de base winnicottiana

* CURSOS DE EXTENSÃO PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS
DAS ÁREAS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO (2 OU 4 MESES)

Coord.: Prof. Dr. Joaquim Gonçalves Coelho Filho – CRP06/35761

Consulte Programas dos Cursos - 2º semestre de 2007
www.ippesp.com.br

EPSP Escola de Psicologia de São Paulo
Rua Luis Góis, 1185 - 04043-300 - Metrô Santa Cruz
PABX 5594.1226

**visite
nosso
site**
www.crspsp.org.br

HC HOSPITAL CLÍNICA DE PSQUIATRIA

DIVISÃO DE CLÍNICA NEUROLÓGICA • DIVISÃO DE PSICOLOGIA DO INSTITUTO CENTRAL DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO • CEPSC - CENTRO DE ESTUDOS EM PSICOLOGIA DA SAÚDE

HC-REUSP

28 e 29 JUN'07

IV CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA DA SAÚDE: Neurociências e Psicopatologia - Interfaces

I CONGRESSO INTERNACIONAL DE NEUROPSICOLOGIA

Convidada Internacional: Barbara Wilson (Cambridge/UK)

Local: Centro de Convenções Rebouças Av. Rebouças, 600 São Paulo SP Brasil

Informações e Inscrições:
11-3812-2481-3812-4845
www.cepsc.org.br - dipichc@hcnnet.usp.br

3º Prêmio Monográfico CEPSC:
R\$ 900,00 EM PRÊMIOS
ENVIÓ DE TRABALHOS
ATÉ 4 DE ABRIL DE 2007

Temas Livres e Pôsteres:
ENVIÓ DE RESUMOS
ATÉ 26 DE MARÇO DE 2007

CEPSC **abranep** **REUNION** **esdac** **Casa do Psicólogo**



Imputar criminalmente menores é prática eliminacionista

Comissão de Constituição e Justiça do Senado é criticada por estudiosos e militantes dos direitos humanos por aprovar a redução da maioria penal

O Estatuto da Criança e do Adolescente sofreu um forte golpe no dia 27 de abril. Por 12 votos a dez, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou projeto de emenda constitucional que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos de idade. Para militantes dos direitos humanos, a medida, além de não resolver o problema da criminalidade, joga para baixo do pano as verdadeiras causas da violência no país: a desigualdade e exclusão sociais, a falta de perspectiva de trabalho e futuro para o jovem. O projeto precisa ser analisado pela Câmara dos Deputados antes de virar lei.

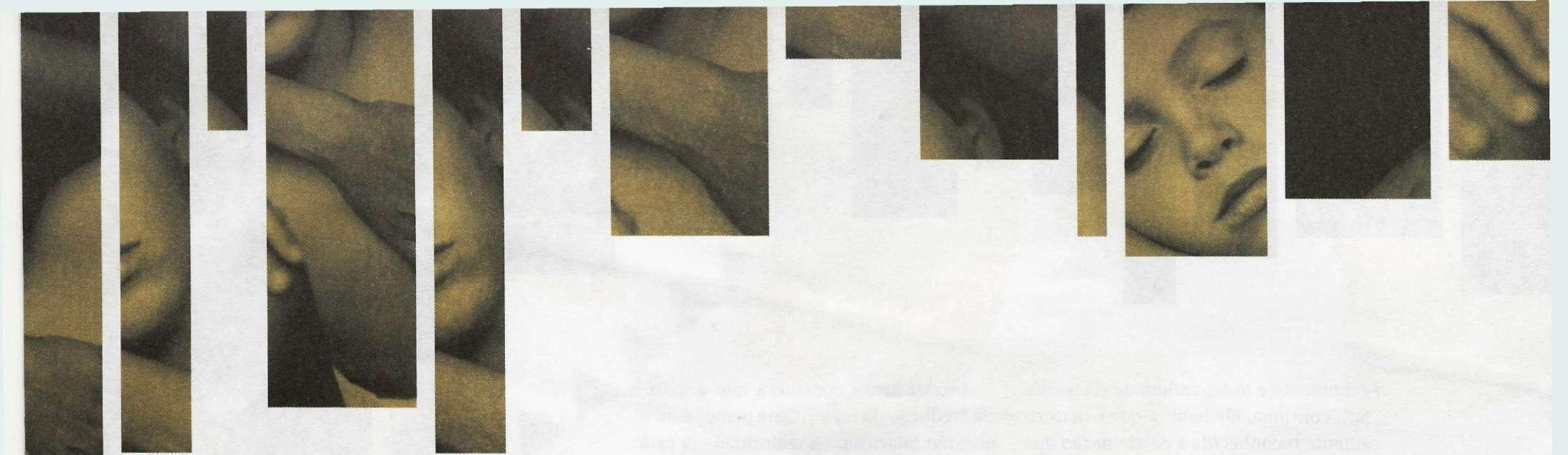
Paulo Endo, psicólogo, psicanalista, professor Doutor do Instituto de Psicologia da USP, comenta que a aprovação no Senado da PEC da redução da maioria penal, é uma resposta das forças mais “regressivas de pensamento e ação” à morte de João Hélio Fernandes, de seis anos de idade, arrastado por sete quilômetros do lado de fora de carro por ladrões, entre os quais um menor. Para Paulo Endo, estão se perfilando perigosamente setores que sempre defenderam práticas eliminacionistas, truculentas e abusivas do país ao lado de setores e pessoas que, outrora, foram referências de ponderação e lucidez.

Ele pergunta se a sociedade tem alguma dúvida sobre que jovem vai para a cadeia com a aprovação da redução da maioria penal. “Serão os que queimam índios e torturam mendigos?”, questiona. “Serão encarcerados aqueles que por sua pobreza, cor e idade foram feitos para purgar a consciência das camadas médias e ricas da população de sua própria destrutividade”, continua.

Paulo Endo afirma que a sociedade já procede à execução de outros “Joões” para expiar a violência. Ele lembra que, em 2003, um outro “João”, interno de uma unidade da ex-Febem, foi incinera-

do dentro de uma cela. Quando chegou o socorro, toda sua parte frontal estava queimada. Este “João” faleceu dias depois, após intenso sofrimento. Em 2001, Paulo conta, mais um “João” foi espancado e golpeado no estômago por funcionários, após verter sangue pela boca, sendo hospitalizado com urgência devido à hemorragia interna. Em 2002, um adolescente foi espancado com barra de ferro e perdeu um rim. Em 2006, mais um “João” perdeu a visão de um dos olhos com um tiro de bala de borracha, calibre 12 desferido por uma arma apontada contra seu rosto, também numa unidade da Febem. “Basta?”, pergunta. “Tantos outros adolescentes poderiam ser amontoados nessa vala comum onde a morte espregueira e espera. Quantos adolescentes mais, será, que o pequeno João Hélio gostaria que fossem mortos, torturados, queimados em seu nome?”

“Além de não resolver a questão da violência, reduzir a idade penal recrudescerá outro problema: sobrecarrega um sistema prisional totalmente falido para onde serão jogados os adolescentes”, adverte Renato Khair, defensor público do Tribunal de Justiça de São Paulo, que atuou por mais de nove anos nas Varas da Infância e da Juventude, no Brás. Para ele, mesmo as Febems - hoje, Fundação Casa -, com atual modelo de encarceramento e violação dos direitos humanos, não são a solução. “A Febem não adota medidas socioeducativas e é muito cara. Com o que se gasta por mês com cada interno, daria para educá-lo na Suíça”, critica. “É o desperdício do dinheiro público”, denuncia. Em vez desse modelo de exclusão, ele sugere pequenas unidades com no máximo 40 adolescentes, onde houvesse escola, alojamento limpo e adequado. Para Paulo Endo, arrastar o problema do jovem no Brasil para o âmbito prisional sem que jamais ele tivesse sido tratado decentemen-



te no âmbito educacional é triste, irresponsável e abusivo.

“A saída é investir em políticas públicas sérias e competentes na área da infância e da adolescência nas áreas da educação, lazer e cultura”, propõe. A idéia básica, segundo Khair, é reeducar, ressocializar e proteger. “O jovem precisa ser e se sentir acolhido pela sociedade, ter cidadania. A exclusão social é muito grande com milhares de pessoas, na flor da idade, sem perspectivas”, argumenta. Khair é da opinião de que os adolescentes precisam ser resgatados elevando sua auto-estima - o que é uma tarefa árdua numa sociedade de consumo que induz o jovem a ter um tênis de marca para ser reconhecido. “Muitas vezes, o adolescente, que tem moradia, não passa fome, pratica um rou-

bo, porque quer dar uma volta de carro. Saber como é ter um carro”, conta.

Leonel Braga Neto, psicólogo, psicanalista, diretor presidente do Instituto Therapon Adolescência, usa argumentos da formação psicológica do ser humano para explicar o equívoco de responsabilizar criminalmente um adolescente menor de 18 anos de idade. Todo sujeito, ele explica, é constituído psiquicamente por valores simbólicos da cultura transmitidos através dos pais que “sonham” um lugar para seus filhos na comunidade humana. Geralmente, os pais desejam que seus filhos tenham aquilo que eles próprios não puderam ter. O bebê humano, continua ele, necessita de outro adulto em função materna, para quem ele tenha sentido de existência. “A infância é o tempo

onde o sujeito experimenta as intensidades e possibilidades de seu corpo, incorpora todos os recursos que recebe e capta do ambiente e constitui uma imagem de si mesmo. É com essa imagem de si que ele habita o mundo e se relaciona com os demais. Nessa fase, ele passa por diversas renúncias (às satisfações imediatas) e adiamentos (tempo de latência, tão necessário ao aprendizado e escolaridade) até chegar à adolescência”, explica.

Na adolescência, diz Leonel Braga, acontece a passagem do corpo infantil para o do jovem. “Sua capacidade de ação cresce, e aparece uma necessidade premente de fazer parte e interferir no mundo. As leis e incongruências dos adultos são postas à prova. Ele quer saber do limite. As transgressões são comuns nes-

Por todas as adolescências, pelo ECA e pela cidadania, agora.

“Manifesto contra as reduções da idade penal”

A Constituição Federal de 1988 definiu a idade limite para a maioridade penal, classificando como imputáveis penalmente os menores de 18 anos de idade. O ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº. 8069, de 13 de julho de 1990), em consonância com a Constituição, propôs a responsabilização do adolescente (de 12 a 18 anos de idade) autor de ato infracional, prevendo seis diferentes medidas sócio-educativas. Nos casos de maior gravidade, o adolescente pode cumprir medida sócio-educativa de privação de liberdade. Portanto, o ECA não propõe a impunidade.

Aproveitando o clima de insegurança disseminado no País, frente aos crescentes índices de criminalidade, tramitam no Congresso Nacional duas formas de modificação do ECA:

* A redução da idade penal: os autores desses projetos têm procurado mobilizar a sociedade no sentido de que a imputabilidade penal seja reduzida dos atuais 18 para 16 anos de idade.

* Penalização dos atos infracionais graves: nesses casos, os adolescentes cumpriram pena após completarem 18 anos de idade no sistema penitenciário comum, podendo permanecer ali confinados por até 10 anos.

As duas situações propostas não são iguais, porém têm como conseqüências:

• A transformação do adolescente no “bode expiatório”, responsável pelo clima de violência e insegurança social;

• A criação de uma “cortina de fumaça”, desviando a atenção da opinião pública das causas reais da violência, que são:

- a imensa desigualdade social;
- a ausência do direito ao trabalho e ao salário justo;
- os apelos desenfreados do consumo, a impunidade e o fracasso dos mecanismos de controle social;

• a corrupção que atravessa todos os poderes públicos, a desresponsabilização do Estado, da escola e dos meios de comunicação de massa pelas crianças e adolescentes;

• A desqualificação do ECA como instrumento jurídico na regulação dos direitos e responsabilidades dos adolescentes, bem como, do princípio constitucional que o sustenta;

• A desqualificação da adolescência como processo de desenvolvimento e de possibilidade educativa, condenando algumas adolescências ao sistema penitenciário.

O limite fixado para a maioridade penal não pode ser confundido com a idéia de desresponsabilização da juventude: inimputabilidade não é sinônimo de impunidade e também não pode ser considerado como motivo para justificar a atribuição de aumento da periculosidade dos adolescentes, nem para a penalização dos atos infracionais mais graves.

O critério de fixação da idade penal é essencialmente cultural e político, revelando o modo como uma sociedade lida com os conflitos e as questões da juventude, privilegiando uma lógica vingativo-repressiva ou uma lógica educacional. É uma ilusão achar que o sistema carcerário brasileiro poderá transformar adolescentes autores de atos infracionais em cidadãos que possam contribuir produtivamente na sociedade.

Estabelecer penas para os adolescentes antes dos 18 anos é uma forma velada, irresponsá-

vel e cruel de reduzir a idade penal e condená-los. Na prática é não ter o trabalho de direcionar políticas de atenção para esta parcela da juventude, sentenciando mais uma vez a vida do adolescente.


Portanto, posicionamo-nos contra todas as formas de redução da idade penal. O adolescente autor de ato infracional deve ser responsabilizado por suas ações de acordo com as condições definidas pelo ECA, pois só desse modo estaremos formando cidadãos capazes de construir uma sociedade mais justa e solidária.

Propomos, portanto, que não se altere a Lei Federal nº 8.069 e a não aprovação do projeto de penalização dos atos infracionais graves, permanecendo a idade de responsabilização penal nos 18 anos; que as condições de cumprimento das medidas socioeducativas promovam o exercício da cidadania - direitos e deveres - dos adolescentes, um fator determinante no processo de inclusão social.

No início do século 21, continuamos sonhando que o Brasil seja o “país do futuro”. Um futuro que só se tornará realidade quando houver um investimento real na educação e no desenvolvimento da juventude.

Para se posicionar contra a decisão do Senado, acesse o site do CRP SP (www.crpsp.org.br) e mande seu manifesto.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo



se momento e independem de classe social”, continua. Ele lembra que é historicamente reconhecida a participação dos adolescentes e jovens adultos na deflagração e sustentação de movimentos sociais e culturais que demoliram valores conservadores, corruptos e ultrapassados. “Dá para dizer que todo adolescente é um jovem em conflito com a lei, e é desse conflito que pode nascer o adulto comprometido com a sociedade”, diz.

“A imagem de si mesmo da infância e as experiências transgressoras da adolescência ficam registradas para sempre em nosso inconsciente. Para alguns adultos a eminência dessas lembranças provoca angústia, manifesta em forma de fobia, preconceito e rejeição. Como no adulto que somos reside a criança e o adolescente que fomos podemos dizer que o ECA diz respeito a todos nós”, diz. Nesse sentido, segundo Leonel Braga, mudar o ECA é um tiro no próprio pé da sociedade.

O projeto de emenda constitucional aprovado pela CCJ do Senado, interferindo no texto do ECA, é um equívoco. Para ele, não se trata de mexer no texto para equacionar a questão da violência. “O que se exige é mais vontade política de aplicá-lo, sabendo de antemão que os meios terão de ser inventados e devem contar com os diversos segmentos da sociedade. Estamos em um momento propício para invenções, porque a sociedade se encontra mobilizada frente ao horror produzido pela violência crescente. Esse horror produz reações conservadoras, mas também aberturas inteligentes, favorecedoras de ações criativas”, opina.

Leonel Braga considera que a matéria “redução da maioridade penal” é uma questão falaciosa. “A maioridade já está estabelecida, e é uma referência que deveria bastar para fazer sua função simbólica, lembrando o sujeito de que ele é também um cidadão. No entanto, é preciso que haja as condições reais para que todos possam ser cidadãos. A questão da segurança pública precisa migrar de uma discussão policial e militar para uma concepção social de segurança pública. O país precisa de atitudes que demonstrem que vale a pena defendê-lo em nome próprio na medida em que cada um se sinta parte da comunidade, como cidadão”, propõe ele.

O defensor público Renato Khair pensa que o problema não é de legislação. “Temos boas leis. O ECA é um ótimo exemplo. O problema é que essas leis não saem do papel, não é colocado em prática”, diz. A idéia básica, para ele, é que o sistema deve ser educativo, protetivo. “Cadeia, Febem e repressão não muda nada e não torna a sociedade mais segura ou melhor.”

Paulo Endo complementa, dizendo que a questão da segurança, “completamente negligenciado em nosso país”, gerou a dor, o desespero e quer lançar uma sombra sobre os poucos pontos de lucidez. “A necessidade que grita hoje é a de restaurar o pensamento e a ação para exigir que todos os caminhos realmente novos, pelos quais muitos lutaram durante toda a vida, sejam colocados imediatamente em prática, e não arrastados pela maré mórbida que aposta todas as fichas em mais mortes como nossa única saída.”●

Estudo da USP revela que desrespeito aos direitos humanos já começa no berço

Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e a Comissão Teotônio Vilela divulgou recentemente o 3º Relatório Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil. O documento mostra que aumentaram as chances de o brasileiro ter os direitos violados desde o nascimento. Os dados, que levam em conta o período de 2002 a 2005, revelam amplos abusos em diferentes grupos em todas as fases da vida. Começa ao nascer, abrange a criança, o jovem, o adulto e o idoso, além de minorias, como índios e negros. A qualidade das informações que permitem diagnosticar o problema melhorou. Dados de homicídio, abuso sexual de crianças, trabalho escravo e conflitos no campo são atualmente mais confiáveis do que os que abasteceram o relatório feito entre 1999 e 2002.

Pesquisador americano diz que redução da maioridade penal não faz a criminalidade cair

Pesquisador da Organização dos Estados Ibero-Americanos para Educação, Ciência e Cultura, Júlio Jacobo Waiselfisz, disse estar convicto de que a redução da maioridade penal não provoca a queda da criminalidade. Ele citou como exemplo alguns estados americanos, onde crianças são julgadas praticamente como adultos. “Nesses locais, o índice de violência entre jovens não é mais baixo do que em outros.” Apesar de ter citado a experiência internacional, Waiselfisz diz que não há como reservar ao menor infrator brasileiro tratamento igual ao que é dado em países nórdicos, por exemplo. “A sociedade tem de assumir sua parcela de culpa pela violência dos jovens. E procurar alternativas.” Entre as experiências bem-sucedidas, ele cita a redução de mortes por homicídio em Diadema e Guarulhos. “Nestes locais, foi implantado o fechamento de bares, escolas passaram a ser abertas aos fins de semana para que jovens pudessem praticar esportes.”

Eleição do Sistema Conselhos, por uma Psicologia mais representativa

O voto de cada psicólogo é um exercício de democracia que contribuirá para o fortalecimento da profissão

No dia 27 de agosto, os psicólogos estão convocados para uma tarefa da maior importância para a construção de uma Psicologia forte e representativa: votar nas eleições dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia. No pleito, serão escolhidos os conselheiros que vão trabalhar em nome da categoria nos próximos três anos. As urnas estarão abertas das 8h às 20h.

A eleição dos Conselhos é uma possibilidade de exercitar a democracia, observa Liliansa Santos, integrante da Comissão Especial Eleitoral. “Na ocasião, os psicólogos têm a chance de avaliar o que foi feito pelo Sistema Conselhos”, afirma. Para ela, é com o voto que o psicólogo pode referendar o trabalho que o Conselho Federal e os Regionais vêm desenvolvendo. “É também um meio de redefinir os projetos que serão executados nos próximos três anos”, ressalta.

Para ter uma participação cidadã e consciente, Liliansa destaca a importância de que os psicólogos interajam com o Conselho, em especial nessa época de eleição. “É o momento de analisar o que foi construído pelas atuais gestões (Federal e Regional)”, acredita. Ela sugere que os profissionais participem e formem chapas para a eleição ou que procurem conhecer quem são os candidatos a fim de cobrar a execução das propostas apresentadas. “Essa é uma ótima oportunidade para cada um efetivamente participar do Conselho, apropriar-se de um espaço que é do psicólogo”, diz. Os nomes e integrantes das chapas devem ser afixados nas sedes dos Conse-

lhos até o dia 28 de julho para que os psicólogos possam conhecê-las.

Além de ser um direito, o voto é um dever, segundo a Lei 5.766 e o Decreto 79.822. Participar das eleições, é obrigatório. “Quem não vota está sujeito a multa”, adverte Roselaine Castanheira, presidente da Comissão Regional Eleitoral de São Paulo. Para evitar a penalização, ela explica que é preciso justificar a ausência na eleição. “Funciona mais ou menos como em uma eleição regular. Existe um formulário a ser preenchido para que o psicólogo justifique a eventual ausência”, explica.

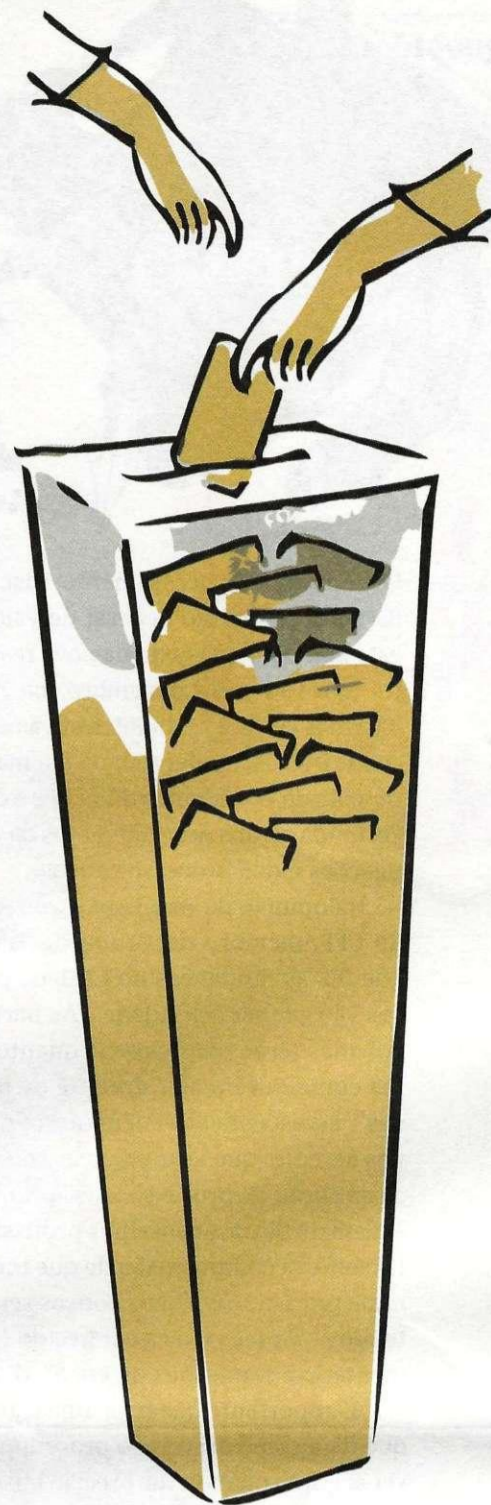
Roselaine acrescenta que a justificativa deve ser entregue até o dia 26 de novembro para análise da Comissão Regional Eleitoral. O voto é facultativo para os psicólogos com mais de 70 anos de idade. Quem estiver com dívida na tesouraria fica impedido de votar. É preciso regularizar a situação até o dia da eleição. Ela comenta que o psicólogo não deve votar apenas porque é obrigatório, mas, de maneira consciente, assumir um compromisso de fortalecer a profissão e de estar mais perto dos conselhos.

Os locais de votação serão definidos de acordo com o endereço residencial dos psicólogos cadastrados no CRP. Roselaine recomenda que quem se mudou atualize os dados no conselho, a fim de que o local indicado para a votação fique próximo de sua casa. Os locais devem ser definidos até o mês de junho. Os psicólogos que residem no município de São Paulo vão receber correspon-

dência, informando a zona e seção eleitorais. É preciso apresentar a carteira do psicólogo do CRP ou RG para votar.

Os psicólogos que residem em regiões que não tenham zonas eleitorais deverão votar por correspondência. O kit de votação será encaminhado às suas residências com cerca de um mês de antecedência, contendo a cédula eleitoral e todas as orientações necessárias. O voto deve ser encaminhado pelo correio e deve ser entregue à Comissão Eleitoral no máximo até o dia da eleição.

Quaisquer dúvidas sobre a eleição consulte o site www.crp.org.br (link eleições 2007) ou a Comissão Regional Eleitoral, pelo telefone (11) 3086-1218 ou fone/fax (11) 3083-1288 ou pelos e-mails: eleicoes2007@crp.org.br ou cre2007@crp.org.br.



INFORME PUBLICITÁRIO



Anfiteatro da FAU,
Campus da USP
São Paulo, SP

VII São Paulo Research Conferences

Cérebro e Pensamento
09 a 11 de agosto de 2007
www.eventus.com.br/bioconferences
eventus@eventus.com.br

Promoção



Pró-Reitoria de Pesquisas da USP

Novo CPD traz mais clareza aos procedimentos disciplinares éticos

Mudanças têm por objetivo garantir que o procedimento seja imparcial e que fique ainda mais explicitado o direito à ampla defesa dos psicólogos

O Código de Processamento Disciplinar (CPD) do Conselho Federal de Psicologia está mais claro. O texto da nova resolução foi aprovado, em dezembro, na Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), e referendado em março na reunião de presidentes dos CRPs e do CFP. Ele muda alguns procedimentos das investigações e dos processos éticos.

Na opinião de Ana Lopes, conselheira do CFP, membro do Grupo de Trabalho que fez as mudanças no CPD, os processos vão ganhar celeridade. “As partes envolvidas terão mais clareza quanto à forma como devem agir durante os processos”, acrescenta ela. Além disso, Ana Lopes acredita que as mudanças colocaram a condução de processos disciplinares na ordem do dia dos conselhos profissionais, trazendo a compreensão de que toda plenária precisa se envolver com os seus conteúdos. “Antes ele era conhecido basicamente nas comissões de ética”, diz.

“É importante que haja uma legislação que diga como deve ser o procedimento a ser seguido quando for preciso buscar esclarecimentos acerca da conduta ética de um profissional, porque ele garante um padrão que independe de quem são os responsáveis pela tramitação processual ou as partes envolvidas, psicólogos ou não”, explica Patrícia Garcia, conselheira presidente da Comissão de Ética do CRP SP. “O cidadão que nos procura pode confiar que a denúncia será investigada com toda lisura e imparcialidade, e o profissional cuja atuação é questionada também tem garantido o direito à ampla defesa.”

Segundo Patrícia, o procedimento tem duas fases, mas essa divisão atualmente não é muito clara para o psicólogo. “A primeira é preliminar, de esclarecimentos, e muitas vezes a consulta é encerrada nessa etapa. Só em um segundo momento é que se fala efetivamente na existência de um processo ético”, afirma. No ano passado, segundo ela, cerca de 30% dos casos foram arquivados nessa fase prévia porque foi concluído que não havia infração ou qualquer dúvida que pudesse indicar a possibilidade de infração.

Com a nova resolução, alguns termos foram alterados. “Antes se dizia que era aberta uma denúncia, mas o novo CPD alterou essa nomenclatura para ser mais fiel à real natureza desse procedimento, passando a ser nomeada oficialmente como representação”, explica. Assim, quem move a representação, antes chamado de denunciante, passa a ser chamado de representante, e o psicólogo, que era chamado de denunciado, agora é o representado.

A mudança, segundo Patrícia, parece

pequena, mas é fundamental, porque nesse primeiro momento o objetivo da Comissão de Ética é justamente procurar esclarecer o fato que gerou a representação. Assim que é aberta a representação, o psicólogo é comunicado por carta e convidado a esclarecer os fatos do seu ponto de vista, ou seja, apresentar considerações da perspectiva da sua condução profissional na situação questionada. “Antes chamávamos essa etapa de defesa prévia. Agora, mudamos o nome: o psicólogo é chamado a apresentar seus esclarecimentos por escrito”, afirma. “Muitas vezes o psicólogo se sentia acusado nesse primeiro momento, sendo que na realidade o procedimento é de apenas um levantamento preliminar de dados, e os novos nomes aumentam a clareza do procedimento”, afirma.

O novo CPD trouxe mais uma novidade para a fase prévia. “É possível criar uma comissão de instrução para colher depoimentos ou fazer diligências caso seja necessário”, diz Patrícia. Mas ela acrescenta que essa comissão não vai fazer uma investigação: os eventuais depoimentos ou diligências devem ser pontuais, ou seja, podem acontecer se forem elucidar apenas dúvidas específicas que talvez não tenham sido aclaradas através dos esclarecimentos feitos pelo psicólogo representado. “Uma apuração mais complexa acontece somente se for aberto o processo, pois é justamente este o objetivo da abertura de um processo ético”, esclarece.

Quando o processo é instaurado, os nomes também mudam, segundo o novo CPD: o psicólogo passa a ser referido como processado, e aí sim se fala em apresentar uma defesa - e não mais prestar esclarecimentos.

Também para garantir a imparcialidade e a lisura do julgamento, Patrícia explica que não podem participar dele conselheiros que já tenham tido contato anterior com o caso. “Se um conselheiro participou da comissão que instruiu o processo (colher depoimentos é parte fundamental da instrução de um processo, por exemplo), ele terá mais dificuldades quanto à isenção necessária para participar de um julgamento”, afirma. Por isso, segundo ela, essa mudança também foi acrescentada ao novo CPD.

Uma definição que já era clara nas Comissões de Ética dos CRPs virou texto do CPD, segundo Patrícia: “se no decorrer do processo for apontada outra ação antiética que não aquela que deu razão à investigação é preciso abrir uma nova representação para apurá-la”, explica. Esse procedimento também tem por objetivo garantir a ampla defesa do psicólogo. “Ele tem o direito de prestar esclarecimentos iniciais antes que

o processo seja iniciado; tem o direito que tais fatos também sejam investigados preliminarmente, sendo ouvido em todos os momentos previstos”, afirma ela.

O novo CPD também passa a ser mais rigoroso com a questão da reincidência. Patrícia explica que ficou definido que a penalização será mais rigorosa para o psicólogo que é julgado culpado pela segunda vez na mesma matéria dentro de um período de dois anos. “O processo ético tem uma função punitiva, mas também é orientadora. Ao final dele, tem de ficar claro que o psicólogo incorreu em um ato antiético e por quais motivos. Se ele reincide, então a infração é mais grave”, justifica.

Ficou também claramente expresso, que os Conselhos têm como dever informar a qualquer pessoa se há processo transitado em julgado (julgado e com penalidade aplicada) nos últimos dois anos contra algum psicólogo. “Qualquer cidadão, instituição que quiser essa informação deve fazer uma solicitação formal e por escrito, e o Conselho tem o dever de informar”, Patrícia afirma. O mesmo acontece para profissionais com o registro cassado. Nesse caso, a informação pode ser fornecida até que o psicólogo peça reabilitação e esta seja concedida.

Além disso, o novo CPD também determina que os Conselhos fiscalizem se profissionais cassados estão cumprindo a pena. “Antes, só era permitido para a suspensão de 30 dias. Com o novo código, é possível fiscalizar também se os profissionais cassados realmente não estão exercendo a Psicologia”, informa.

Todos esses procedimentos parecem burocráticos, mas Patrícia explica que eles têm uma razão. “Com o devido cumprimento deles, os processos serão imparciais. Todos podem saber que o Conselho está alerta para a questão do exercício profissional de qualidade, sendo este um espaço legítimo para a formulação de tais questionamentos. O CPD é um instrumento que procurará garantir que estes questionamentos possam ser feitos, discutidos, esclarecidos, dentro de um rigor, permitindo o total conhecimento dos passos a serem seguidos”, conclui.

O texto do novo CPD estará à disposição em breve nos sites do CFP (www.pol.org.br) e do CRP (www.crp.org.br). Segundo Ana Lopes, o Conselho Federal também está preparando uma edição comentada do código, para esclarecer dúvidas pontuais, tanto dos psicólogos como da sociedade. “É importante que os psicólogos leiam o CPD e se informem, porque os processos éticos fazem parte da rotina da profissão”, recomenda. ●

Processos Éticos

Relacionamento com terceiro e interferência nos objetivos do atendimento

B. realizava atendimento psicoterapêutico com o psicólogo, tendo apresentado como queixa dificuldades familiares e profissionais. Alegava que após um ano, sua esposa também passou a ser atendida individualmente pelo mesmo profissional.

Alguns anos depois, o atendimento de B. foi interrompido por dificuldades financeiras e por este ter tomado conhecimento de que o psicólogo e a esposa mantinham contato fora do setting terapêutico. B. sentiu-se prejudicado.

O psicólogo alegou que não realizou psicoterapia com a esposa, mas que a recebeu e orientou sobre como proceder diante das crises vividas no casamento. Justificou contato fora do setting para ajudá-la em períodos difíceis.

Adicionalmente, foi informado que o psicólogo mantinha convívio social com o casal (um freqüentava a casa do outro) e que chamou B. para um trabalho temporário numa outra entidade em que atuava.

Considerando o exposto, foi verificado que o psicólogo infringiu os seguintes artigos do Código de Ética Profissional*:

Art. 1º São deveres fundamentais do psicólogo:

- c) prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficientes, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional
- d) sugerir serviços de outros profissionais, sempre que se impuser a necessidade de atendimento e este, por motivos justificáveis, não puder ser continuado por quem o assumiu inicialmente

Art. 2º Ao psicólogo é vedado:

- n. estabelecer com a pessoa atendida relacionamento que possa interferir negativamente nos objetivos do atendimento

O psicólogo deve realizar o atendimento psicoterapêutico segundo parâmetros e critérios definidos no Código de Ética Profissional, que incluem a observância da teoria e técnica apropriadas.

Na situação relatada, verifica-se ter ocorrido falta do estabelecimento de limites de atuação profissional. Primeiramente, houve os contatos regulares com a esposa da pessoa atendida, que apresentava inclusive queixas referentes ao marido. Espera-se nessa situação que o psicólogo encaminhe a demanda para outro profissional, devendo ser resguardados a relação e o trabalho com o paciente.

Adicionalmente, o estabelecimento de relação de amizade e convívio social com o casal geraram interferência na prestação dos serviços profissionais, inclusive prejudicando o atendimento prestado.

* Resolução CFP N.º 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.

(Artigos da Resolução CFP N.º 010/2005 - Código de Ética vigente a partir de 27/08/2005 relacionados ao tema exposto: Art.1º, "c" e "k" e Art. 2º, "j").

Todo Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar (Resolução CFP 006/01). A normatização profissional citada está disponível no site: www.crp.org.br - item 'legislação'.

Penalização Ética

O Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, em cumprimento à decisão protocolada no Processo Ético CFP n.º 5245/05, faz divulgar a pena de **CENSURA PÚBLICA**, à psicóloga

por :

- ter a psicóloga se envolvido socialmente e pessoalmente com a pessoa atendida, extrapolando a relação profissional, invadindo sua privacidade e confundindo os espaços.
- ter a psicóloga atuado na empresa da pessoa atendida e orientado que funcionários da própria empresa fossem encaminhados ao seu consultório para atendimento.
- ter a psicóloga atendido em consultório simultaneamente dois sócios de uma empresa, trazendo prejuízos para os atendidos e para o próprio atendimento.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): artigo 1º alíneas "c" e "d"; artigo 2º alínea "f" e "n".

O Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, em cumprimento à decisão protocolada no Processo Ético CFP n.º 5125/05, faz divulgar a pena de **CENSURA PÚBLICA**, à psicóloga

por:

- ter utilizado a técnica da grafologia no conjunto de sua avaliação, atuando enquanto perita em exame criminológico;
- ter elaborado laudo contendo conclusões para além do que se destinava o parecer, ultrapassando os limites das informações necessárias para a tomada de decisão;
- não ter ficado esclarecido como poderia ter chegado às conclusões, uma vez que os testes são indicativos e não conclusivos a respeito das condições psicológicas e da personalidade do avaliado.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): artigo 1º alínea "c" e artigo 19º.

*Resolução CFP N.º 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.

Monitoramento da mídia: mecanismos de participação cidadã



Numa segunda-feira à noite, no final da década de 1990, 12 pessoas - jornalistas, psicólogos, advogados, educadores - recebiam a informação de uma telespectadora sobre o que havia ocorrido no programa do Ratinho veiculado dias antes. Era uma reunião regular da organização não-governamental Tver (ONG Tver). A denúncia relatava o sofrimento imposto pelo apresentador a duas meninas de dez anos. Elas haviam supostamente sido trocadas na maternidade ao nascer. Durante cerca de 40 minutos, permaneceram no auditório, puxadas de um lado para o outro, esperando o resultado do exame de DNA, pago pela emissora e decisivo para saber se voltariam ou não para casa com os pais que as haviam trazido. Todo tempo aos prantos. Nem o apresentador conseguiu terminar o programa, tal o grau de tensão existente. Passou a tarefa a um auxiliar.

A telespectadora, indignada, recorreu à ONG Tver que representou ao Ministério Público reclamando da nítida violação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ocorrida no programa. As crianças haviam sido colocadas publicamente numa situação vexatória. A representação foi acatada e o MP tutelou o processo que, julgado em última instância, condenou os responsáveis.

Nesse momento, uma ONG, sem maiores poderes legais, realizou o trabalho que, em outros países, é executado por instituições públicas, criadas para esse tipo de missão. Na verdade, a ONG Tver acabou ocupando, num determinado momento, o vazio institucional existente em nosso país, onde nunca se tratou seriamente a necessidade de regular os serviços públicos de radiodifusão. Até hoje, propostas nesse sentido ainda são taxadas de autoritárias e comparadas com formas de censura por aqueles que são beneficiários da atual situação.

Ao se discutir as formas democráticas de classificação de programas televisivos por faixas etárias, salta aos olhos a necessidade de incluir nesse debate a urgência da criação de órgãos reguladores, constituídos de forma democrática, capazes de operar com a mais absoluta transparência. Serão eles os mediadores entre a sociedade e os concessionários desse tipo de serviço público, poderoso instrumento na formação de crianças e adolescentes, especialmente no Brasil.

É necessário lembrar que as ondas de televisão trafegam pelo espaço eletromagnético, um bem público, escasso e finito e suas mensagens chegam diretamente aos domicílios, dentro de um reduzido leque de alternativas oferecidas aos telespectadores dos canais abertos, a maioria absoluta da população brasileira.

É diferente dos jornais e revistas, veículos que se utilizam de canais privados para circular e são lidos a partir da vontade individual e espontânea dos cidadãos. A televisão não, além de trafegar por canais públicos, não entra em nossa casa sem que possamos realizar qualquer escolha prévia. Ao ligá-la, não sabemos qual imagem que surgirá da tela, ou quais serão as cenas seguintes. Daí a necessidade da presença constante de sinais, claramente identificáveis, informando a faixa etária para a qual o programa que está no ar é indicado.

Torna-se necessário sempre lembrar que as TVs operam como concessões públicas, outorgadas pelo Estado, em nome da sociedade. São concessões temporárias com duração de 15 anos, uma informação que é sonogada ao público por aqueles que têm o dever de informar, ou seja, os próprios concessionários dos canais de televisão. Por isso, a maioria da população tende a acreditar que empresas como Globo, SBT ou Record são donas do espaço e não empresas ocupantes eventuais.

Em países de democracia mais consolidada, o processo de escolha da empresa que vai operar um canal de televisão é realizado às claras, com ampla participação dos setores organizados da sociedade. Leva-se em conta para a outorga da concessão o pagamento de um aluguel pelo uso do espectro eletromagnético - calculado sobre o possível faturamento a ser auferido pela empresa ganhadora - e um projeto de programação que atenda as necessidades culturais, informativas e de entretenimento existentes da sociedade. A execução da proposta é acompanhada pelo órgão regulador que não exerce nenhum tipo de censura, mas tem poder de punir a emissora caso o controle estabelecido deixe de ser cumprido. No projeto já está definido, de forma clara, o tipo de programa a ser apresentado e no caso daqueles destinados a crianças e adolescentes, os horários em que serão transmitidos. Também são estabelecidas a priori as demais faixas temporárias de programação.

Se a necessidade da regulação do rádio e da TV em sociedades onde o acesso a diferentes fontes de informação é importante para o equilíbrio do jogo democrático, relativizando o poder dos meios eletrônicos, no Brasil torna-se algo im-

prescindível. A televisão está presente em 95% dos domicílios do país, enquanto menos de 10% da população lê jornais (em torno de seis milhões de exemplares diários) ou tem TV por assinatura (cerca de 3,6 milhões de assinantes), para não se falar das reduzidas possibilidades de acesso às revistas, aos livros, ao cinema ou ao teatro. Nesse quadro, o poder da televisão torna-se brutal e a regulação se impõe. Não para censurar, mas para equilibrar, ampliando a oferta de informações, num sistema capaz de oferecer ao cidadão um leque de alternativas suficiente para quebrar o monopólio do pensamento único.

O argumento de que as programações são determinadas pela audiência é falacioso. Ao buscar índices cada vez mais elevados de audiência as emissoras estão apenas oferecendo produtos para serem consumidos no mercado. Ao mercado, por definição, só se oferece o que é vendável. E quem disse que só o que é vendável tem qualidade? Existem inúmeros produtos culturais valiosos que não são oferecidos aos telespectadores por não encontrarem espaço no mercado.

A criação do órgão regulador no Brasil deve ser acompanhada da promulgação de uma nova Lei de Comunicação Eletrônica de Massa capaz de ocupar o vazio legal existente hoje. A lei em vigor é de 1962, assinada pelo presidente João Goulart, sobre forte pressão dos empresários do setor.

Se o Código Brasileiro de Radiodifusão já regulava pouco naquela época, hoje é letra morta. A lei continua a mesma quando estamos às portas da chegada da TV digital ao país, numa sociedade em que hábitos, costumes e valores passaram por grandes transformações. Quem tem uma lei que não dá conta de nada disso, não tem lei alguma. Daí a necessidade urgente de uma nova legislação, moderna e democrática, capaz de incluir nas decisões sobre o papel social, político e cultural da televisão todos aqueles que dela se utilizam como cidadãos, e não apenas os que dela se beneficiam como comerciantes. ●

Laurindo Leal

sociólogo e jornalista. Professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da USP.

Ulapsi, resistência ao pensamento colonizado

Nesses quatro anos de existência, a entidade procura quebrar desconfianças e revelar a identidade da Psicologia latino-americana

No dia 23 de novembro de 2002, em Puebla, México, diversas instituições de Psicologia de nove países da América Latina criaram a União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI). O compromisso dessa nova entidade era e continua sendo o de trabalhar conjuntamente para transformar as condições de vida da maioria da população dos países membros e superar as desigualdades sociais. Mas para isso, segundo Odair Furtado, representante brasileiro do Comitê Consultivo da ULAPSI, é necessário vencer uma cultura colonizada que coloca a Psicologia latino-americana numa condição de incapacidade de produzir conhecimento. “Estamos ainda no início desse processo”, adianta.

A ULAPSI, para ele, pretende ser um espaço que permita credenciar e revelar as fontes confiáveis desse conhecimento para o pesquisador, que hoje busca esses saberes nos Estados Unidos ou Europa. “O conhecimento que buscamos lá fora não está disponível para troca, mas para uma relação desigual e unilateral”, critica. Odair comenta que o professor europeu, quando convidado a conhecer a América Latina, mantém uma relação de poder. “Ele vem para ensinar e vender os seus livros, encontrar colaboradores para a sua pesquisa. O caminho inverso raramente funciona, porque é visto com muita desconfiança. Essa desconfiança contamina também a relação entre os latino-americanos que preferem a relação direta com a matriz produtora de conhecimento: síndrome do pensamento colonizado”, sintetiza.

A política da ULAPSI é, no primeiro momento, quebrar esta desconfiança, colocando os parceiros o maior tempo possível em contato. Uma das políticas que produz esse efeito, de acordo com Odair Furtado, é o Diálogo Latino-americano - evento que convida pesquisadores e professores para entrarem em contato com as universidades do país que o está promovendo.

Odair Furtado reconhece que esses frutos ainda são tímidos. Ele explica, que num primeiro instante, sempre há um pouco de desconfiança. “As pessoas precisam apresentar suas credenciais. Para isso, a Psicologia precisa se institucionalizar”, diz. Ele lembra que no Uruguai, por exemplo, a

Psicologia ainda nem é reconhecida como profissão, o que dificulta identificar seus interlocutores.

Para ele, o momento agora, após o parto da criação da Ulapsi, é atrair as pessoas, convencer de que a proposta não é uma aventura. É bem provável que no congresso, em Cuba, os coordenadores da entidade proponham desenhar algumas estratégias de ação, o investimento nas cátedras, reunir a expertise, o conhecimento consolidado de cada um dos países sobre um determinado assunto. Cada país indicaria sua referência.

Ele diz que se há o consenso de se definir o tema das cátedras, é porque já está se chegando a um acordo sobre identificar pontos em comum de problemas do continente: Psicologia da Saúde, Psicologia das Organizações e do Trabalho, Psicologia Social, Direitos Humanos, História da Psicologia e Psicologia das Emergências e dos Desastres - esse último que mais teria avançado.

Odair Furtado acrescenta que outra grande tarefa da ULAPSI é convergir os trabalhos para uma plataforma que seja uma vitrine do saber latino-americano. Ele revela que no encontro de Cuba, que acontecerá de 12 a 14 de setembro, será lançada a biblioteca virtual, ainda em processo de formatação sob a coordenação da BVS-Psi Brasil e que conta com o apoio da Organização Mundial de Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde, representadas pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - BIREME.

Maria Imaculada Cardoso Sampaio, diretora técnica da Biblioteca do Instituto de Psicologia da USP e coordenadora da Biblioteca Virtual em saúde - Psicologia (BVS-Psi) do Brasil e Biblioteca Virtual da ULAPSI, acredita que com essa iniciativa de acesso aberto será dada a devida visibilidade ao conhecimento psicológico latino-americano. “A idéia é criar uma fonte de informação que reúna, organize e dissemine o conhecimento de qualidade gerado na região, mas que até o momento não tinha canal eficiente de divulgação e que por muito tempo sofre de certo preconceito por parte da comunidade científica internacional”, resume ela.

Os trabalhos que compõem a biblioteca virtual são avaliados por um comitê consultivo composto por psicólogos e bibliotecários de todas as entidades que integram a ULAPSI. Para participar desse projeto, o país precisa ser membro da entidade. Esse comitê confere, então, um certificado de qualidade à informação cadastrada na Biblioteca Virtual. A BVS ULAPSI utiliza o reconhecido modelo brasileiro que faz a gestão da informação psicológica do país e a integração com editores de revistas e livros, bibliotecas, cursos de Psicologia e com o psicólogo brasileiro que necessita de atualização profissional.

Maria Imaculada diz que essa fonte de informação tem como objetivo reunir as informações sobre o conhecimento gerado nos vários países da região em um espaço virtual. As bases de dados são formadas por informações sobre teses e dissertação, livros de Psicologia, trabalhos de conclusão de cursos, informes científicos, revistas, eventos e filmes de Psicologia, além de material de apoio ao ensino de Psicologia. A meta é que todos os países tenham a sua biblioteca virtual para integrar BVS ULAPSI.

Atualmente, somente o Brasil, que lançou o modelo, e a Colômbia contam com a BVS-Psi totalmente formatada. Ainda neste ano, a Argentina, Peru e México devem lançar suas BVS. Uma das melhores fontes de informação da BVS ULAPSI é o Portal de Revistas de Psicologia, que conta com 34 títulos de revistas publicados em formato eletrônico, sendo várias do Brasil, duas da Colômbia, uma da República Dominicana e a própria revista da ULAPSI. A meta é publicar pelo menos um título de cada país membro da ULAPSI até 2008. Cuba já está integrada e vai desenvolver sua biblioteca. Para consultar a BVS ULAPSI, basta acessar o endereço www.ulapsi.org.br.



Loucos e medusas – o resgate da histeria e do efeito das relações entre irmãos sobre a condição humana – Juliet Mitchell

Muito se argumenta a respeito do fim da histeria durante o século XX no Ocidente. No entanto, como mostra a psicanalista Juliet Mitchell, essa afirmação contribui para ampliar ainda mais a questão, em vez de encerrá-la definitivamente. Mas o que é histeria? Será que precisamos desse termo para descrever as conseqüências de experiências fundamentais à condição humana em todas as sociedades, sem o qual perdemos o entendimento dessas experiências, tanto para mulheres como homens? A histeria sempre foi vista como uma doença feminina. Foi apenas no século XIX que Jean-Martin Charcot insistiu na presença da histeria masculina. Essa condição culturalmente universal foi diagnosticada por Freud, por meio do famoso caso de uma jovem histérica de 18 anos a quem ele chamou “Dora”. Na Primeira Guerra Mundial, soldados começaram a sofrer o mesmo tipo de desordem, e o termo foi abandonado. De acordo com diagnósticos modernos, a histeria não existe mais. No entanto, Mitchell mostra que ela continua presente entre nós, mas identificada com outros nomes: trauma, ataques de pânico, anorexia, múltiplas personalidades e até aspectos da síndrome da Guerra do Golfo. Devemos, ela argumenta, retomar o termo, não apenas como um transtorno feminino, mas reconhecendo a história secreta de suas manifestações masculinas. Civilização Brasileira (21) 2585-2000, 2006, 447 págs., R\$ 51

Alguns domínios da avaliação psicológica – Patrícia Waltz Schelini (org.)

O livro contém trabalhos de pesquisadores voltados à habilitação de profissionais no que se refere a várias áreas ou domínios em que a avaliação psicológica mostra-se útil, como por exemplo: inteligência, atenção, motivação para a aprendizagem escolar, auto-estima, bem-estar subjetivo, imagem corporal e tarefas de crença falsa. Em cada capítulo tais áreas ou domínios são definidos, sendo também apresentados instrumentos úteis à sua avaliação. Alínea Editora (19) 3232-9340, 2007, 162 págs., R\$ 30

Formação de professores e campos do conhecimento – Cecília Pescatore Alves, Odair Sass (org)

A coletânea reúne textos de docentes e pesquisadores que discutem questões pertinentes à formação de professores da educação básica, procurando relacioná-las a campos do conhecimento específico: pedagogia, sociologia, psicologia da educação e psicologia social. A diversidade temática e teórica dos textos reflete o empenho dos autores acerca de questões educacionais, de acordo com suas especialidades. Casa do Psicólogo (11) 3034-3600, 2004, 204 págs., R\$ 29

Construindo a Democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina – Elizabeth Jelin e Eric Hershberg (org)

Os artigos que compõem esta coletânea analisam as profundas mudanças ocorridas na América Latina durante os anos de 1980, explorando questões cruciais para a compreensão das conexões entre a sociedade e o sistema político. Ao longo de seus capítulos, cientistas sociais da América Latina e dos Estados Unidos discutem as lutas contemporâneas por direitos individuais e coletivos e examinam as demandas de justiça e cidadania, procurando descobrir que fatores podem determinar a construção de democracias nas quais os direitos de cidadania ultrapassem a esfera política formal. Preocupados com a vida democrática na América Latina, os autores analisam temas que envolvem os direitos humanos e a busca por justiça, aspirações centrais dos países da região, e fazem questionamentos sobre os caminhos, atuais e futuros, a serem tomados pelos Estados latino-americanos. Edusp (11) 3091-2911, 336 págs., R\$ 56

Psicologia da comunicação: manual para o estudo da linguagem publicitária e das técnicas de venda – Maria Cristina Strocchi

Dividido em 14 módulos de estudo, o livro é um manual sobre a linguagem publicitária e as técnicas de venda. Inicia com os conceitos básicos da Psicologia e sua aplicação na publicidade. Desenvolve temas como percepção, motivação, emoção, persuasão, memória, condicionamento, inteligência, estados cognitivos, teoria da personalidade, comunicação de massa, comunicação publicitária, psicologia de venda, dentre outros. Intercala conceitos com exercícios práticos. Paulus (11) 3789-4000, 2004, 182 páginas, R\$ 30

Lacan e a formação do psicanalista – Marco Antonio Coutinho Jorge (org.)

O modo como um psicanalista se forma, estruturado ainda hoje sobre o tripé análise pessoal, ensino teórico e supervisão clínica, tem dois pontos de inflexão fundamentais: a suposta iminência da morte de Freud após ter descoberto o câncer que lhe retiraria a vida e a ação de Lacan sobre o legado freudiano e seus desdobramentos. Sem a análise desses pontos, a repetição estandarizada da prática clínica parece ganhar autonomia e se desvincular das questões humanas que continuam a fazer com que as pessoas procurem um psicanalista. Os textos reunidos no livro mapeiam a história e a estrutura da formação do psicanalista, bem como demarcam as principais balizas da análise, do ensino e da supervisão relacionados a ela. Contracapa (21) 2508-9517, 2006, 290 págs., R\$ 47

Direitos humanos: uma antologia – principais escritos políticos, ensaios e documentos desde a Bíblia até o presente – Micheline R. Ishay (org.)

Nesta antologia, a organizadora mostra como visões conflitantes sobre direitos humanos foram articuladas através da história por seus próprios defensores e codificadas nos principais documentos legais sobre o assunto. Reúne 67 artigos clássicos, modernos e contemporâneos. Inicialmente retorna às origens religiosas, incluindo passagens da Bíblia, do Alcorão e de antigos escritos budistas, para em seguida compilar textos clássicos e modernos que acompanham a evolução do debate e representam a busca universal por direitos, independentemente de gênero, filiação política, orientação sexual, cor da pele, nacionalidade etc. É a primeira publicação a fornecer uma perspectiva histórica que abrange personagens influentes, ideais, movimentos e estratégias de ação, além dos mais importantes documentos contemporâneos, e mostra como nos dias atuais muitas dessas idéias foram incorporadas às constituições dos Estados. Edusp (3091-2911), 2006, 807 págs., R\$ 96

Coleção Preconceitos

Cada volume da coleção aborda um preconceito em especial, com uma introdução geral ao tema, um “estado de arte” sobre as pesquisas correlatas, a análise e a opinião de um especialista, um pequeno glossário e, por fim, um rol de títulos com os quais o leitor pode obter mais subsídios para continuar estudando o assunto. Por enquanto, foram lançados os títulos “Preconceito contra a mulher”, de Sandra Azerêdo, “Preconceito contra o analfabeto”, de Ana Maria de Oliveira Galvão e Maria Clara Di Piero, “Preconceito contra a origem geográfica e de lugar”, de Durval Muniz Albuquerque Júnior e “Preconceito contra as pessoas com deficiência”, de João Ribas. Todos têm o mesmo tamanho e o mesmo preço. Cortez Editora (11) 3864-0111, 2007, 120 págs., R\$ 17,90

A arquitetura do CCSP e premiados no Porto Seguro

O Centro Cultural São Paulo apresenta para o público duas mostras com presença de fotografias: Outra Objetividade, que reúne diferentes visões sobre a arquitetura da instituição, e Cidadania... Brasileiros, com uma seleção de trabalhos premiados nas edições do Prêmio Porto Seguro de Fotografia.

Para Outra Objetividade, foram convidados artistas que utilizam o meio fotográfico em seus trabalhos – Caio Reisewitz, German Lorca, Ding Musa, João Musa, Marco Buti, Mauro Restiffe, Nair Benedicto, Nelson Kon, Pedro Perez, Rochelle Costi, Rubens Mano e Luiz Telles – para realizarem um ensaio sobre o Centro Cultural São Paulo, que agora comemora seus 25 anos, e sua relação com a cidade. “Assim como o CCSP, a fotografia também tem sido muitas vezes tomada como algo dado, sem demandar questionamento e, em seu caso específico e ainda hoje, é tomada como um registro fidedigno do referente. O que queremos expor com Outra Objetividade é a necessidade de uma nova atitude crítica”, escreve o diretor do centro, Martin Grossman.

Já em Cidadania...Brasileiros, que poderá ser vista até 30 de junho e tem curadoria de Cildo Oliveira, estão 42 trabalhos de 17 fotógrafos premiados nas seis edições do Prêmio Porto Seguro, entre eles, Alice Brill, Cláudia Andujar, Eustáquio Neves e Ricardo Hantzschel.

Psicodrama no Centro Cultural São Paulo

Como é habitual em psicodrama, não há tema ou script pré-fixado. Com responsabilidade e preocupação ética, o trabalho visa ao tratamento das questões trazidas pelas pessoas presentes, como situações institucionais, grupais, familiares, da cidade e seus moradores.

Realização Associação Amigos do Centro Cultural São Paulo

Coordenação Cida Davoli

O Centro Cultural São Paulo oferece sessões abertas de psicodrama.

Horário Sábados, das 10h30 às 13h (não há necessidade de inscrições) Sala Adoniran Barbosa

Endereço Rua Vergueiro nº 1.000

Ingressos Gratuito

Artes cênicas

Pensamentos instigantes – filosofia e arte

Trata-se da história das duas últimas pessoas do mundo, vivendo no último lugar que restou. Sobrevivem da água de um poço, da mesma forma que este existe em função delas. Ele se renova a partir da água que brota dos sentimentos. E para que haja sentimento é preciso haver lembrança. Assim, elas passam o tempo todo tentando resgatar seus sentimentos para alimentar o poço e, conseqüentemente, continuarem vivas. Mas é preciso ter cuidado. Se a emoção for grande o poço transborda, se não for suficiente, o poço seca. Texto de Alexandra Golik. Direção de Sandro Borelli. Criação e interpretação da Cia Le Plat du Jour.

Local Cofre do subsolo. 17 de maio a 15 de julho. Quarta, 16h. Quinta a sábado, 19h30. Domingo, 18h.

Endereço Rua Álvares Penteado, 112, esquina com a rua da Quitanda. O prédio fica próximo das estações de metrô Sé e São Bento.

Ingressos R\$ 15,00 e R\$ 7,00 (meia-entrada).

Recomendação etária 14 anos

O Poço

Trata-se da história das duas últimas pessoas do mundo, vivendo no último lugar que restou. Sobrevivem da água de um poço, da mesma forma que este existe em função delas. Ele se renova a partir da água que brota dos sentimentos. E para que haja sentimento é preciso haver lembrança. Assim, elas

passam o tempo todo tentando resgatar seus sentimentos para alimentar o poço e, conseqüentemente, continuarem vivas. Mas é preciso ter cuidado. Se a emoção for grande o poço transborda, se não for suficiente, o poço seca. Texto de Alexandra Golik. Direção de Sandro Borelli. Criação e interpretação da Cia Le Plat du Jour.

Local Centro Cultural Banco do Brasil - Cofre do subsolo até 15 de julho. Quarta, 16h. Quinta a sábado, 19h30. Domingo, 18h

Ingressos R\$ 15,00 e R\$ 7,00 (meia-entrada)

Endereço Rua Álvares Penteado, 112, esquina com a rua da Quitanda. O prédio fica próximo das estações de metrô Sé e São Bento.

Recomendação etária 14 anos

O Brasil Caboclo de Cornélio Pires

Série musical em homenagem ao escritor, poeta, folclorista e cantador Cornélio Pires, que foi o primeiro artista a gravar um disco de música caipira, em 1929. Compostas por duplas de cantores, formato característico desse estilo musical, as apresentações trazem representantes formados no ambiente

videoclube crp sp

Neste ciclo do videoclube, o CRP SP convida você a mergulhar na história de homens e mulheres que mudaram crenças e estruturas sociais. Deixaram suas marcas na história, na arte, na ciência e na política, influenciando as novas gerações.

A partir desta série de biografias, que retrataram histórias singulares e talentosas, discutiremos os momentos históricos, as inquietações, a criatividade e o rompimento com os padrões sociais de cada época.

À luz da história de nomes conhecidos da nossa época, este ciclo promoverá um questionamento sobre nosso papel social, nossos conceitos e inspirará o debate.

29 de junho

Filme Pollock (EUA, 2000)

De Ed Harris, com Ed Harris, Marcia Harden, Amy Madigan e Jennifer Connelly.

Sinopse Vários artistas e amigos de Jackson Pollock e Lee Krasner estão no centro do mundo da arte em Nova Iorque, nos anos 40, mas quando Krasner negligencia o seu trabalho para empurrar a carreira de Pollock para a frente, Pollock começa a despertar emocionalmente. Pollock e Krasner mudam-se para o campo e casam-se, e em breve, Pollock começa a criar trabalho que o tornam o primeiro artista moderno norte-americano, famoso internacionalmente. Mas com a fama e com o dinheiro chega também um temperamento volátil e muitas dúvidas. O filme mostra a vida de um homem extraordinário, um homem que foi apropriadamente chamado de “um artista dedicado ao recolhimento, uma celebridade que ninguém entendeu”.

Debatedores Júlia Katunda - médica; psicanalista; vídeo-artista; trabalha na reabilitação psicossocial de pessoas com transtorno mental com a ideia de “proposição” da artista Lígia Clark. É autora do livro Cassandra, Como criar para si uma mente híbrida; e Maria Lúcia de Araújo Andrade - psicóloga; psicanalista lacaniana; professora orientadora do Programa de Pós - Graduação em Clínicas da USP.

27 de julho

Filme Malcolm X (EUA, 1992)

De Spike Lee, com Denzel Washington, Angela Bassett e Albert Hall.

Sinopse Biografia do famoso líder afro-americano que teve o pai, um pastor, assassinado pela Klu Klux Klan e sua mãe internada por insanidade. Ele foi um malandro de rua e enquanto esteve preso descobriu o islamismo. Malcolm faz sua conversão religiosa como um discípulo messiânico de Elijah Mohamed.

“rural” da cultura nacional. Apresentação do músico Passoca.

Programação:

05 de junho Índio Cachoeira e Cuitelinho e Carreiro e Carreirinho

12 de junho Liu e Léo

19 de junho As Galvão

26 de junho Pedro Bento e Zé da Estrada

03 de julho João Mulato e João Carvalho e Jacó e Jacozito

10 de julho Cacique e Pajé e Zé Mulato e Casiano

17 de julho Oliveira e Olivaldo e Os Favoritos da Catira

Realização Centro Cultural Banco do Brasil

Local Centro Cultural Banco do Brasil, teatro (125 lugares) de 05 de junho a 17 de julho, terças-feiras 13h e 19h30

Ingressos R\$ 6,00 e R\$ 3,00 (meia-entrada)

Endereço Rua Álvares Penteado, 112, esquina com a rua da Quitanda. O prédio fica próximo das estações de metrô Sé e São Bento.

Recomendação etária livre

Ele se torna um fervoroso orador do movimento e se casa com Betty Shabazz. Malcolm X ora uma doutrina de ódio contra o homem branco até que, anos mais tarde, quando fez uma peregrinação à Meca abrandou suas convicções. Foi nesta época que se converteu ao original islamismo e se tornou um “Sunni Muslim”, mudando o nome para El-Hajj Malik Al-Shabazz, mas o esforço de quebrar o rígido dogma da Nação Islã teve trágicos resultados.

Debatedores Maria Lúcia da Silva - psicóloga; psicoterapeuta especializada em trabalhos em grupos; e Edgard Aparecido Moura – professor e conselheiro do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo.

31 de agosto

Filme Frida (EUA, 2002)

De Julie Taymor, com Salma Hayek, Alfred Molina, Geoffrey Rush, Ashley Judd, Antonio Banderas e Edward Norton.

Sinopse De sua relação complexa e duradoura com seu mentor e marido, Diego Rivera, passando por seu controverso e ilícito caso com Leon Trotsky e seus provocantes envolvimento românticos com outras mulheres, Frida Kahlo levou uma vida intensa e sem limites como uma revolucionária política, artística e sexual. O filme retrata a história da vida que Frida Kahlo compartilhou abertamente e sem medos com Diego Rivera, quando o controverso casal revolucionou o mundo artístico.

Debatedores Maria Goretti Vieira Mendonça - psiquiatra; trabalha com saúde mental dos trabalhadores da prefeitura de São Paulo e foi Diretora das Clínicas Femininas do Hospital Central de Franco da Rocha; e Criméia Alice Schmidt de Almeida – enfermeira e militante feminista e dos direitos humanos; Ex-presa política pela ditadura militar em 1968 por sua participação no XXX Congresso da UNE e em 1972 por participação na chamada Guerrilha do Araguaia.

Horário sempre às 19h00

Lotação 120 lugares

Inscrições antecipadas No departamento de Eventos do CRP SP, Tel. 11 3061-9494 ramal 151, Fax. 11 3061-0306

Email infoeventos@crpsp.org.br

Sua reserva será garantida até 19h00 dos dias de exibição. Entrada gratuita.

Estacionamento Nadipark, Rua Cardeal Arcoverde, 201 Para obter o desconto, retire o selo na recepção do CRP SP.

Carta aberta à população chama a atenção para o uso inadequado de testes de avaliação psicológica não reconhecidos e por profissionais não habilitados

O Sistema Conselhos de Psicologia publicou "Carta Aberta" à população com alerta sobre a utilização de testes de avaliação psicológica não reconhecidos cientificamente e por profissionais não habilitados. A utilização de testes sem um parecer favorável do Conselho Federal de Psicologia pode comprometer os resultados da avaliação e acarretar prejuízos ao usuário. O parecer traz segurança tanto para os psicólogos como para os usuários. A lista com o nome dos testes que atendem aos critérios científicos de validade

e precisão pode ser acessada no site www.pol.org.br – box "Satepsi".

Muito embora o CRP SP faça orientações constantes aos psicólogos, o usuário deve ficar atento aos serviços a ele prestados, se certificando se o teste é reconhecido (através do Satepsi) e se o profissional é um psicólogo (a consulta pode ser realizada pelo site do CRP SP). Dúvidas e denúncias podem ser apresentadas à Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP SP no telefone 3061-9494 ramal 141.



Campanha de orientação e prevenção à obesidade teve ótima aceitação da população

A campanha "Educação: Orientação e Prevenção à Obesidade", realizada no último dia 17 de abril, no Vale do Anhangabaú, centro de São Paulo, teve boa aceitação por parte da população. A procura por orientações começou antes mesmo do horário de início do atendimento e as atividades inseridas pelo CRP SP em parceria com o INBIO, o Sociodrama, e com o MAM, que desenvolveu a ofici-

na Pollock de pintura, foram bem sucedidas. A campanha foi uma iniciativa do Conselho Regional de Farmácia junto com o CRP SP, além dos Conselhos Regionais de Medicina, Nutrição e Educação Física. As entidades parceiras também distribuíram folhetos educativos, realizaram a medida da circunferência abdominal e promoveram sessões de prática de alongamento.

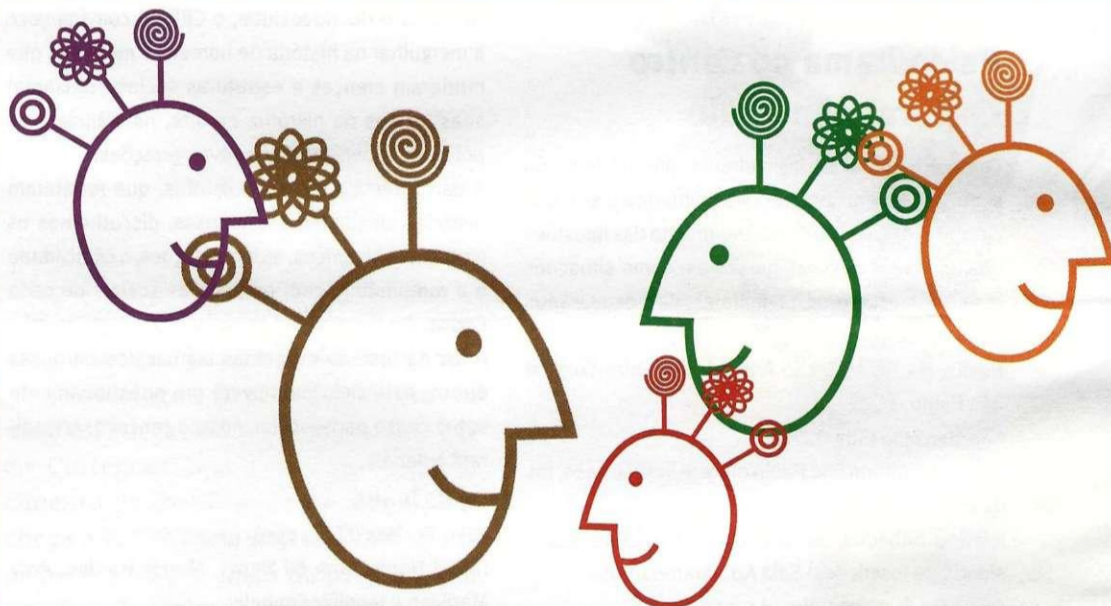
Psicólogos e a cidadania ativa

O CRP SP está identificando psicólogos que trabalham na promoção da cidadania ativa para colocá-los em contato e favorecer a troca de experiências e conhecimentos, com o objetivo de valorizar e fortalecer tais práticas no âmbito da Psicologia.

Seja na rede pública, em ONGs, com os mais diversos públicos, nos órgãos de controle social, ou diretamente nas comunidades, o Conselho está interessado em práticas e metodologias favorecedoras de processos participativos, os quais tenham por base interesses coletivos. Será realizado, em 2007, um evento sobre o tema, que incluirá exposição de trabalhos.

O CRP SP pede que os psicólogos divulguem esta mensagem a organizações e/ou profissionais que possam contatar outros mais e contribuir com esse mapeamento.

Para participar, basta preencher um formulário que está no site do CRP SP: http://www.crsp.org.br/a_servi/eventos/cidadania/set_cidadania_ativa.htm.



COREP apreciou 156 teses e elegeu 22 delegados para o VI CNP

Aconteceu entre os dias 4 e 6 de maio o COREP - Congresso Regional da Psicologia da 6ª Região, no Novotel Jaraguá, no centro de São Paulo. Na ocasião, foram eleitos 22 delegados para participarem do VI CNP, que vai acontecer entre os dias 14 e 17 de junho em Brasília. O COREP foi um espaço privilegiado para a discussão de questões relativas ao exercício profissional do psicólogo, segundo a conselheira Andréia Garbin, que participou da organização do congresso. O debate foi em torno de teses propostas em todo o Brasil. Além dos diversos eixos, como Psicologia Jurídica, Psicoterapia e Psicologia da Saúde, também foi debatida a democratização do Sistema Conselhos. "O COREP foi um espaço democrático de construção da profissão", afirmou Andréia.

O Congresso Regional também teve, por objetivos, a inscrição e apresentação das chapas que vão concorrer à eleição para a próxima gestão do CRP SP e deliberar sobre as 156 teses aprovadas e sistematizadas a partir dos trabalhos dos pré-congressos que aconteceram até o mês de abril em todo o país. A COMORG (comissão organizadora), de Brasília, vai sistematizar os debates de todos os 16 congressos regionais e elaborar novo caderno de teses a ser debatido no VI CNP.

Participaram do COREP 165 delegados, além de quatro estudantes, três convidados e cinco observadores.

Parada do "Orgulho Louco" pede inclusão social

No dia 5 de maio, usuários e funcionários dos CAPS – Centro de Atenção Psicossocial - loucos de toda a espécie e simpatizantes reuniram-se em frente ao CAPS Itapeva para a 2ª "Parada do Orgulho Louco". Em seguida, foram em caminhada em direção ao centro da cidade apresentar sua bandeira de luta: "De perto ninguém é normal", "Liberte o louco e o artista que existe em você" e "Por uma sociedade das diferenças". A parada do "Orgulho Louco" teve o apoio do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

No início do Movimento da Luta Antimanicomial, em 1987, a bandeira de luta era "Por uma sociedade sem manicômios". Passados 19 anos, a mobilização foi

pela inclusão social efetiva dos loucos e pelo reconhecimento deles como produtores de arte. A idéia do movimento foi proporcionar visibilidade ao louco e sua loucura, que ainda continuam à margem da sociedade.

A parada foi uma iniciativa da produtora Caixa Preta e conta com a participação de artistas desconhecidos de diferentes origens sociais e etnias da grande São Paulo, como os artistas do CAPS. Com o evento, foram abertas as portas da instituição para uma nova proposta de ações de inclusão na sociedade, que possibilite o engajamento dos usuários com o movimento artístico e a sociedade em geral.

Mostra de painéis foi exposta no metrô para comemorar os 20 anos da Luta Antimanicomial

No dia 11 de maio, foi aberta, na Estação Trianon-Masp do metrô (Linha Verde), a exposição itinerante "O compromisso da Psicologia com a transformação da sociedade brasileira". A mostra, promovida pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, faz parte das comemorações dos 20 anos da Luta Antimanicomial, celebrada no dia 18 de maio.

Foram expostos os 20 painéis que mostram todas as campanhas realizadas pelo Conselho desde 1987 pelo fim dos manicômios e na defesa dos direitos humanos. "Os cartazes selecionados revelam as atividades do CRP SP na defesa de um modelo de atenção às pessoas portadoras de sofrimento psíquico que respeitasse a dignidade e promovesse a cidadania dessa pessoa", explica Andréia do Conto Garbin, conselheira do CRP SP e responsável pela exposição. "O tema está intimamente ligado à defesa dos direitos humanos e ao combate a todas as formas de violência e tortura, lutas importantes do conselho", acrescenta.

A mostra ficou em cartaz na Estação Trianon-Masp durante o mês de maio. Depois vai ser exposta nas estações Sé e Clínicas.

Conselho de Psicologia abordou atuação em emergências e desastres

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo promoveu no dia 28 de março o evento "Psicologia das Emergências e dos Desastres". Na ocasião, houve troca de experiências entre psicólogos que atuam junto a vítimas de desastres e, principalmente, junto a socorristas. Foi a primeira vez que um debate entre psicólogos se dedicou exclusivamente a esse tema em São Paulo. Os palestrantes expuseram suas experiências no atendimento aos refugiados do Líbano, do ano passado, como atuam junto a bombeiros e policiais militares.

Manifesto contra a redução da maioridade penal

O Conselho Federal de Psicologia criou um manifesto contrário à redução da maioridade penal dos 18 para os 16 anos. O substitutivo que altera o artigo 228 da Constituição Federal foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado no dia 26 de abril. O texto do Conselho Federal de Psicologia está disponível na internet para que qualquer pessoa possa assinar e enviar a todos os senadores, como parte da luta do CFP pelo não rebaixamento da maioridade penal. O texto faz um apelo para que os parlamentares votem contra o substitutivo quando ele for encaminhado ao plenário do Senado. O manifesto está no link http://www.pol.org.br/main/mobilizacao_maioridade.cfm

Luta Antimanicomial completou 20 anos com programação cultural

Para comemorar os 20 anos de Luta Antimanicomial, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo preparou, na semana do dia 18 de maio, uma série de atividades culturais que visam à inclusão social do usuário de saúde mental com a integração da sociedade e da quebra dos estigmas e preconceitos. É uma luta por uma sociedade capaz de produzir vida e beleza a partir da diversidade. O CRP SP organizou uma semana de encontro da cidade com a riqueza da diversidade, um momento de revisão de velhas concepções, um momento para engrossar o coro da Luta Antimanicomial. A programação, espalhadas em espaços públicos como o MAM e nas estações do Metrô, inclui desde a exibição de filmes, mostras, oficinas culturais até a apresentação cênica do Teatro do Oprimido de Augusto Boal.

Encontro tratou da inserção da Psicologia na saúde suplementar

O Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - São Paulo promoveu, dia 15 de março, a oficina "Construindo as Linhas de Cuidado em Psicologia na Saúde Suplementar". Discuti-se a inserção da Psicologia nos planos de saúde, não apenas no campo da psicoterapia, mas também no aspecto da prevenção, promoção da saúde e na atuação em equipes interdisciplinares.

Conselho debateu atuação do psicólogo em medidas socioeducativas

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo promoveu, dia 26 de março, o evento "A atuação do psicólogo em medidas socioeducativas". O debate jogou luz na importância do psicólogo nesse contexto, não só como campo de trabalho, mas como forma de contribuir para a reinserção do jovem em conflito com a lei na sociedade dentro dos princípios dos direitos humanos e de aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente por meio de medidas socioeducativas.

Protocolo contra Tortura foi discutido em encontro no CRP SP

No último dia 26, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo debateu o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. A discussão aconteceu no evento "O profissional diante da situação de tortura: desafios frente à implementação do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes". O objetivo do encontro foi debater e situar o papel que o psicólogo passa a ter a partir das mudanças trazidas pela implantação do protocolo.

Inscrições para o 10º Prêmio Betinho vão até 9 de junho

Encerra-se no dia 9 de junho, o prazo para inscrições para a 10ª edição do Prêmio Betinho, oferecido pela Câmara Municipal de São Paulo. Podem concorrer organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que desenvolvam atividades, programas e projetos de enfrentamento à fome, à exclusão, à miséria, à violência e outras políticas de luta pela cidadania no Município de São Paulo. Os projetos devem ter no mínimo 12 meses de execução, em andamento ou encerradas durante este ano. Informações e inscrições pelos telefones 6824-4667/4169/4239 ou pelo e-mail eventos@camara.sp.gov.br

CRP SP divulga seu balanço financeiro de 2006

Balanço Financeiro

Período de 01/01/2006 a 31/12/2006

(expresso em reais-eliminado centavos)

Esta demonstração propicia informar, sinteticamente, o resultado das contribuições e suas aplicações no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2006.

Receitas

Receitas de Contribuição	10.440.491
Receitas de Contribuições de anos anteriores	1.462.000
Receitas Patrimonial	1.200.651
Receitas de Serviços	109.293
Outras Receitas	641.922
Total das Receitas Brutas	13.854.357

Transferências (-)

Conselho Federal de Psicologia - Cota Parte	3.296.337
Total das Receitas Líquidas	10.558.020

Despesas (-)

Pessoal, Encargos Trabalhistas e Diárias	3.538.972
Materiais de Consumo	238.126
Energia Elétrica, Telefonia, Postagem e Água	804.702
Limpeza, Segurança e Manutenção	295.912
Impressão Gráfica	615.590
Transporte e Hospedagem	284.089
Congresso, Fóruns e Eventos	1.512.184
Serviços de Assessoria	391.886
Aluguel, Condomínio e Locação	155.109
Imposto, Taxas e Tarifas Bancárias	233.079
Total das Despesas de Operações	8.069.649

Investimentos (-)

Programas de Informática	10.516
Máquinas Motores e Equipamento	12.268
Mobiliário em Geral	37.303
Equipamentos de Informática	31.395
Total dos Investimentos	91.482

Superávit Financeiro do Exercício	2.396.889
Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores	6.804.993
Superávit Financeiro Acumulado em 31/12/2006.	9.201.882

Notas relevantes

Esta Demonstração de Resultado é uma adaptação do Balanço Financeiro exigido pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e suas atualizações e foi encaminhado ao Conselho Federal de Psicologia onde fica à disposição do Tribunal de Contas da União (TCU).

Elisa Zaneratto Rosa
Conselheira Tesoureira

Célia Pereira de Oliveira
Contadora-CRC-SP-131195